

SESSÕES DO PLENÁRIO

8ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de fevereiro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(57)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Da Deputada Luiza Maia comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 15/02/2017, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Está-me fazendo bem. Dou, como referência, o art. 102 e seguintes para fazer a minha questão de ordem. Sei que está sendo gestada já na Casa uma alteração ao Regimento para permitir a condução das futuras sessões por, apenas, um membro da Mesa.

Isso não é retrocesso nenhum. Não vejo assim.

O que acho retrocesso é esta Casa flertar com a ilegalidade e com a desobediência ao Regimento, já que o Regimento prescreve que as sessões ordinárias precisam ser presididas pelos membros da Mesa e quem estiver presidindo tem de estar ladeado, à sua esquerda, pelo 2º secretário e, à direita, pelo 1º secretário. O 2º secretário tem de ler a ata. E o expediente tem de ser lido pelo 1º secretário.

Isso está aqui no Regimento Interno. Não estou inventando nada.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Sr. Deputado...

O Sr. Targino Machado:- Permita-me, pois está sendo contado o meu tempo.

Acho que, enquanto aqui eu estiver, vou pugnar pelo cumprimento do Regimento.

E acho, até, deputado Sandro, que votarei a favor da mudança do Regimento, embora tenha certeza de que a mudança do Regimento da Casa seja um perigo para as oposições. Já chamei a atenção disso. O Regimento pode ser bom ou ruim, mas ele é o único instrumento de regulação que nós temos e o mesmo precisa ser cumprido.

Por outro lado, quero brigar nesta Casa, também, excelência, para que as questões de ordem só possam ser concedidas se o proponente da questão de ordem citar, de início, o dispositivo regimental ao qual ele vai se reportar. Caso contrário, não será concedida a questão de ordem, porque isso está no Regimento.

O presidente da sessão não está aí para avaliar se concede ou não a questão de ordem. O presidente está aí para ser magistrado, a fim de dirimir as dúvidas, inclusive, as regimentais.

Então para qualquer um que peça a questão de ordem é preciso declinar, inicialmente, em qual o dispositivo regimental se baseia. E quanto à questão de ordem, até que ela seja decidida, outras questões de ordem não poderão ser concedidas. Viu, deputado Sandro Régis? Ou seja, até que a questão de ordem em tela seja decidida, não se poderá conceder outra, a não ser para um membro de outra bancada, a fim de contraditar o pedido anterior.

Vou ser chato nisso para evitar problemas.

Ontem, um problema foi criado em função da negligência e da desobediência ao Regimento pelos membros da Mesa. A questão aqui foi criada, inclusive, também, pelo meu amigo, o Dr. Carlos Machado, que promoveu um milagre ontem. Botou uma ave que nem pena tinha para voar. Coitado, por ignorar o Regimento, por desconhecer o funcionamento desta Casa, fez besteiras.

Eu venho aqui hoje, deputado Sandro, presidente desta sessão, dirigir-me a V.Ex^a e, também, para dizer o seguinte. Gostaria de pedir, a V.Ex^a, que mandasse a Taquigrafia verificar se, em algum momento, eu pronunciei alguma expressão inadequada ao funcionamento desta Casa. Caso isso tenha ocorrido, solicito, à Presidência, mandar retirar. E pedir desculpas a todos os meus colegas, inclusive ao deputado Angelo Almeida, porque quem precisava ser grande e quem tinha grandeza aqui para superar a questão, ontem, deveria ter sido eu, e não fui grande para superar.

Então, eu gostaria de submeter esta questão de ordem como fiz.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Targino Machado, vamos aqui dividir a sua questão de ordem, porque foram 3 temas que V.Ex^a citou.

Eu, particularmente, em relação ao deputado, primeiramente, citar o artigo na questão de ordem, eu acho perfeita a sua colocação, porque é uma forma de não banalizar mais as questões de ordem no Plenário e o presidente também, aqui, apenas acatar ou não, não julgar. Porque quando você baseia a sua questão de ordem no Regimento da Casa, no artigo, você está respaldado juridicamente para promovê-la. Eu, quando estiver presidindo a sessão, agirei assim. Só acatarei questão de ordem, se antes for dito qual é o artigo no Regimento. Eu, particularmente, concordo com V.Ex^a.

Em relação às taquígrafas também analisarem o que foi dito ontem para ver se houve alguma expressão inadequada, que retire. Eu também acato a questão de ordem, e peço agora às taquígrafas que façam, imediatamente.

Com relação à composição da Mesa Diretora, não tiro a razão de V.Ex^a, porque V.Ex^a também usa do Regimento. Hoje, na reunião da Mesa, já foi citado esse assunto, inclusive, já foi feita uma tabela, uma escala dos deputados da Mesa para, a partir de hoje, a Mesa não ficar sem os membros da Mesa Diretora. Mas, como chegou aqui o terceiro membro da Mesa, eu peço para substituir o deputado Tom, que é o líder do DEM.

E peço a V.Ex^a que, desta forma, V.Ex^a aceite a composição como aqui está para que nós possamos exercer plenamente a sessão hoje à tarde. Eu, como 1º Secretário; o deputado Carlos Geilson, como 2º vice; e o deputado Alex Lima, como 3º vice.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, me permita, eu vou aceitar a solicitação de V.Ex^a, mas a composição da Mesa está errada.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Nós vamos fazer aqui, agora, eu vou para cá...

O Sr. Targino Machado:- Não, não é por isso. Está errada por uma razão: se eu fosse solicitar, agora, uma questão de ordem para verificação de quórum de votação, a Mesa estaria errada, porque tem que ser mantida, aí, a proporção entre Oposição e Governo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a tem razão.

O Sr. Targino Machado:- Hoje, a presença de V.Ex^a e do deputado Carlos Geilson na Mesa, está contrariando o Regimento, porque aí precisaria ter 2 deputados da Bancada do Governo. Mas, isso não viola nada, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então, podemos seguir com a sessão?

O Sr. Targino Machado:- Tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente.(**Oradores Inscritos**)

Com a palavra o deputado Marcell Moraes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias, Imprensa e agora o *Instagram* que permite que possamos falar diretamente com nosso eleitor, e isso, deputado Sandro Régis, torna mais fácil a comunicação. As pessoas que acreditam no nosso trabalho podem acompanhar ao vivo da sua residência e saber o que o parlamentar está fazendo aqui.

Então, eu acho que a globalização, deputado Alex Lima, e o conhecimento das redes sociais, fazem com que nós, deputados, nos aproximemos cada vez mais das pessoas que acreditam no nosso trabalho.

Deputado, venho aqui, hoje, para falar de alguns temas. Sei que o tempo é curto, apenas 5 minutos.

Mas, primeiro, quero, aqui, parabenizar o prefeito Justino Neto da cidade de Paripiranga, Bahia. Estive lá esta semana num grande evento. Em apenas dois meses, com o novo prefeito daquela cidade, a cidade é outra. Tive oportunidade de visitar o hospital municipal da cidade onde a Sr^a Márcia, administradora, nos recebeu muito bem. Pude comprovar a satisfação das pessoas. Mesmo ainda não recebendo os recursos de origem estadual e federal, o serviço vai seguindo bem. Mas a gente vê a limpeza do hospital e a boa vontade dos funcionários. Em pouco tempo, uma gestão competente faz a cidade funcionar.

Faço, também, outro registro da belíssima cidade de Paripiranga. Nos dias 17 e 18 de março, haverá um passeio ciclístico lá. Olhem só vocês. O prefeito Justino Neto é do Partido Verde. O evento programado é para incentivar as pessoas a andarem de bicicleta no sentido de afirmar que o exercício físico deve estar no cotidiano de todos nós, deputada Fabíola, porque sabemos que a bicicleta é uma locomoção que não polui, é altamente eficaz, faz muito bem para a saúde e evita engarrafamento.

Então, este é um exemplo a ser seguido pelos prefeitos do interior do Brasil afora para eles incentivarem os seus cidadãos a adotar ciclovias ou ciclofaixas e fazer passeios como esse porque, na verdade, o meio ambiente agradece.

Parabéns a todos da cidade de Paripiranga.

Sr. Presidente Sandro Régis e deputada Fabíola, gostaria de deixar registrado, aqui também, a importância da nossa campanha a favor do Uber. Já estamos no século XXI. A sociedade já precisava disso. É uma realidade. Os bons taxistas vão continuar trabalhando e vão permanecer no mercado. E quanto àqueles taxistas que, infelizmente, tratam mal o cliente, principalmente agora nesta época do Carnaval, vão sair do mercado.

Então, já estamos no século XXI! E o Uber, sim, é o futuro.

Queira o prefeito ou não, queira o vereador ou não, queiram os deputados ou

não, isso é uma realidade. O que falta, agora, é regulamentar ou colocar ordem para arrecadar os impostos necessários para a nossa cidade. Mas o Uber já é uma realidade. Portanto, sim ao Uber! E esta campanha é mais um incentivo para a sociedade pegar o Uber. Obviamente, entende-se a importância de agradar aos cidadãos.

Deputada Fabíola, há outro tema que eu gostaria de falar. Faço um apelo ao governador do Estado. Não é possível que Salvador não tenha um cemitério público. Aí, quero destacar o nosso amigo Sargento Isidório que, também, faz parte desse projeto, qual seja, a criação de um cemitério público veterinário. Os animais estão morrendo e eles estão sendo jogados nos rios e nas valas. Isso causa doenças para nós mesmos, deputada Fabíola.

Então, deputado Bira, vou fazer um apelo ao governador do Estado para adotar essa nova postura, assim como espalhar o castra móvel pelo interior afora. Aqui em Salvador, há um castra móvel, mas, infelizmente, é só aqui e é para toda a Bahia. O governador tem de distribuir o castra móvel para todas as cidades baianas como, por exemplo, para Feira de Santana e Camaçari, enfim, para todas as cidades baianas com o intuito de, exatamente, evitar a reprodução desordenada dos animais.

Um animal nas ruas, ele está sujeito às pessoas praticarem maus-tratos. Vocês, que acompanham as minhas redes sociais, sabem que colocamos mais de 3 casos de maus-tratos por dia. E quando isso acontece, a nossa ONG vai lá e resgata o animal maltratado. Se existe uma SAMU veterinária, isso ocorre graças à nossa ONG, porque nem a prefeitura tampouco o governo do Estado adotaram uma medida relacionada aos animais.

Então, este é um apelo que faço, qual seja, o de olharem para esses seres vivos tão importantes que são os animais. Observem, os animais sentem frio, sentem fome, sentem medo. No fundo, os animais são iguais a nós, seres humanos.

Portanto, vamos adotar essas medidas.

Peço, ao governador do Estado e ao prefeito ACM Neto, o atendimento das nossas reivindicações. Peço, também, o encaminhamento de projetos relacionados aos animais como, por exemplo, um hospital público veterinário, um cemitério público para os animais, mais unidades de castramóvel e tudo o mais.

Vamos todos juntos, deputado Sandro Régis, ajudar os animais, ajudar o meio ambiente e ajudar toda a população.

Digam sim ao Uber.

Saudações ecológicas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nosso regimentalista, o deputado Targino Machado.

Quero, aqui também, registrar, hoje, o aniversário do deputado Carlos Geilson.

Deputado Targino Machado, nós soubemos, não sei se é verdade, que Feira,

hoje, acordou às 4h da manhã com fogos e alvorada para comemorar o aniversário de Carlos Geilson. Isso procede?

O Sr. Targino Machado:- Procede.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Disse-se, até, ter havido ciúmes.

Registro, também, o aniversário do deputado Gika.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Deputado Carlos Geilson, parabéns, amigo! Eu já lhe distingui com um presente hoje. Espero que faça bom uso. Se não o fizer, peça socorro que seu amigo te auxiliará.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores da imprensa, senhores das Galerias, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, é, verdadeiramente, um absurdo ao que se assiste na República chamada Brasil. Diz-se: “Tiramos Dilma!”

Quanto ao presidente Lula, eu votei nele para o seu primeiro mando. Ele chegou ao poder legitimado pelos sonhos de tanta gente. Lula formou sua equipe que cometeu desvios, pois eles se desviaram durante a administração. Mas esses chegaram ao poder com legitimidade.

Depois, houve o “tiramos Dilma!”

Entrou um presidente que, sem apelo popular, loteou o governo com bandidos. Há, por exemplo, o senador Romero Jucá que foi apeado do poder. Eu não quero nem dizer aqui hoje. Não posso. Não posso dizer o que acho desse camarada Romero Jucá. Ele mobiliza a base do governo e a base da oposição no Congresso Nacional ameaçando aprovar uma emenda à Constituição para retirar o foro privilegiado de magistrados e de integrantes do Ministério Público.

Isso tudo ocorre em vindita para o Supremo Tribunal Federal não levar adiante a sua ameaça de restringir o foro privilegiado desses bandidos que estão no governo e que estão com o mandato político. Deputado Joseildo, ele fala que a suruba tem de ser geral. Ele afirma que a suruba tem de ser geral, não pode ser seletiva, selecionada. Esse moço não está à altura de fazer parte do Senado da República, embora aquele Senado da República não esteja à altura de nada.

Quero dizer aos senhores que fui procurar o dicionário informal para saber o que é a suruba à qual Jucá se refere. Deputado Hildécio Meireles, há, no dicionário, o seguinte: “Festa erótica onde participam homens e mulheres, todos com interesses sexuais. Nessa situação, todos estão liberados para fazerem sexo à vontade, com todas as pessoas que aguentarem.” Bem, um senador fez uma afirmação dessa.

Isso só acontece neste País onde o Senado está repleto de canalhas que aviltam os poderes da República.

E concluo, Sr. Presidente Sandro Régis, dizendo que está marcado, está na pauta para hoje o julgamento de processo administrativo contra o ex-presidente do Tribunal de Justiça, o Sr. Mário Alberto Ritz e a ex-presidente Telma Brito. Espero que não retirem da pauta, como já fizeram várias e várias vezes. E que essa pauta de hoje produza os efeitos jurídicos que a Bahia e o Brasil reclamam. Embora não acredite nesse Conselho Nacional de Justiça para julgar juiz, porque aquilo lá é

compadrio, é casa de prima e de comadre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Alex Lima. Convoco um membro da Mesa Diretora para recompor a Mesa.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho, na tarde de hoje, trazer para a discussão nesta Casa um tema muito importante para todos nós brasileiros, sobretudo para nós militantes da política, deputado Joseildo. Tem-me chamado a atenção a confusão institucional criada no nosso país. Ora o Supremo Tribunal Federal tem um posicionamento, deputado Hildécio, ora tem outro. Não raro estamos vendo a cada dia 2 pesos e 2 medidas para cada situação. E me pergunto: o que a imprensa brasileira, o que os políticos brasileiros, o que a população brasileira ainda vai esperar para que possamos entender o grave momento institucional que estamos atravessando?

Hoje, pela manhã, assistindo aos jornais, deputado Fábio Souto, deparei-me com a notícia de que a Polícia Federal pediu o indiciamento do ex-presidente Lula e da ex-presidente Dilma por terem, supostamente, atrapalhado as investigações da operação Lava Jato. Tudo isso fruto, diga-se de passagem, deputada Luiza Maia, de um grampo ilegal, de um grampo autorizado pelo Dr. Sérgio Moro de maneira ilegal, vazado para a imprensa mesmo quando já tinha sido suspensa a sua autorização e que, por trás desse grampo ilegal, existia a nomeação do ex-presidente Lula para ministro-chefe da Casa Civil. Portanto, dessa forma, ontem, a Polícia Federal, deputado Joseildo, entendeu e pediu o indiciamento dos ex-presidentes Lula e Dilma baseado nisso. Sendo que, semana passada, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o Sr. Moreira Franco poderia exercer o mandato, aliás, o cargo de ministro de Estado mesmo sendo delatado diversas vezes e tendo por diversas vezes sido citado ao longo das investigações da Operação Lava Jato. Chega, deputado Pastor Sargento Isidório, a brincar com a inteligência e com a paciência do povo brasileiro. Não é possível que depois de tantas lutas, depois de tantos anos em defesa do estado democrático de direito, vamos participar e aceitar as atrocidades que estão sendo cometidas a cada dia. Não podemos admitir que essa situação permaneça, numa semana a regra que vale para Chico, na outra, não vale para Francisco.

É por isso, Sr. Presidente, que esta Casa tem também o papel, sim, de chamar a atenção, de aproveitar a imprensa local, de aproveitar a transmissão da *TV Assembleia* para demonstrar ao povo brasileiro que essa elite da imprensa brasileira não continuará a formar opinião, defendendo ilegalidades, injustiças e fazendo permanecer nesse País os absurdos que estamos vendo. Hoje, temos, Sr. Presidente, a internet, as redes sociais e é esse o enfrentamento que todo cidadão brasileiro vai precisar fazer, porque não é possível que estejamos com a boca escancarada cheia de dentes esperando a morte chegar, enquanto se assassina a democracia do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente, Artigo 39.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Deputado Sandro Régis, a tarefa do deputado Leur Lomanto Júnior é uma tarefa difícil de substituir um bom jogador. V.S^a foi um grande líder das oposições. O sonho de todos nós seria realizado se V.Ex^a tomasse assento de direito como presidente desta Casa. Quero dizer a V.Ex^a que o Regimento da Casa não permite o que estava a acontecer aí agora. V.Ex^a sentado na cadeira do presidente, estando o presidente ao lado. O Artigo 39, do Parágrafo 1º, diz o seguinte: os vice-presidentes substituirão o presidente, segundo a gradação hierárquica.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a tem razão.

O Sr. Targino Machado:- Embora, eu confesso que V.Ex^a como presidente desta Casa seria melhor para todos nós do que o deputado Angelo Coronel.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o Pastor Sargento Isidório. Deputado Alex Lima, por favor, V.Ex^a foi eleito para estar aqui. Deputado Targino Machado, será restabelecido agora formalmente, o deputado Carlos Geilson senta aqui, eu sou o 1º Secretário e o deputado Alex Lima, na sua cadeira devida.

O Sr. Targino Machado:- O correto seria o deputado Angelo Coronel tomar assento na presidência da Casa, porque aí ficariam dois do governo e um da oposição, respeitando a proporcionalidade regimental da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre deputado Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Srs. da Imprensa, das Galerias e aqueles que nos honram assistindo `a *TV Assembleia*, com o Livro dos livros na mão, patrimônio histórico imaterial do nosso Estado aprovado por unanimidade, leio o Salmo 133, que diz: “Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.” E mais abaixo, no Versículo 3, diz: “É como o orvalho do Hermom quando desce sobre os montes de Sião. Ali o Senhor concede a bênção da vida para sempre.”

Sr. Presidente Angelo Coronel, quero dizer que onde tem paz e unidade existe a bênção de Deus, a promessa da vida. E, como um dos homens de Deus deste Estado ou desta Nação, eu tenho a obrigação de estar sempre vigilante, orando e pedindo a Deus a paz do Parlamento na Bahia e no Brasil. Mas o que...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem. A questão de ordem é a qualquer momento. Olhe, onde não pode com o orador na tribuna é para uma comunicação inadiável. Neste caso, o tempo será retornado ao orador. O que não pode é o deputado Alex Lima, estar levando a coisa na gozação. É 3º Vice-Presidente, houve o embate, eu votei nele, fiz campanha para ele, mas não estou aqui para passar a mão na cabeça

de marmanjo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deferida a questão de ordem, deputado. Continue com o tempo, deputado Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, eu peço que o meu tempo seja reposto.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Reponha com o tempo de 4 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, eu estava com 4 minutos e meio.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Se precisar, V.Ex^a terá mais 30 segundos no final, mas são 4 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Ele não tem condições técnicas de colocar ali os 4 minutos e meio, não?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Serão 4 minutos. Se V.Ex^a precisar, terá mais 4, mais 10, mais 20, mais 30. A sua palavra está assegurada.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Então, confiando em V.Ex^a e nesse cabelo grisalho, homem que está aniversariando hoje, nós sabemos muito bem da sua competência e pacificação. Farei o meu pronunciamento.

Senhores e Senhoras, já falei da palavra de Deus que busca a paz e a união nesta Casa, mas quero parabenizar o deputado Targino Machado. Para muitos, no momento dos embates, achamos que ele faz o excesso. Mas aqui é a Casa do contraditório, do calor humano, contanto que não exacerbemos nem desrespeitemos uns aos outros. O deputado Targino pôde demonstrar, como o único que conseguiu, como fazer para termos o mínimo de respeito à sociedade baiana, recompondo a Mesa. Quando estava aqui no meu primeiro mandato, era composta com 3 pessoas. E não pode, com a estrutura que o povo baiano paga a cada deputado e principalmente ao povo da Mesa Diretora que nos dirige, deixar assim, porque se- não a sociedade irá continuar desacreditando.

Então, parabenizo o deputado Targino na sua luta pela recomposição da Mesa e posso dizer que como atleta também o parabenizo. Ainda bem que não precisou ter o *round*. Só foi o aquecimento, e eu estava perto. Que Deus abençoe a todos!

Srs. Deputados, quero dizer a V.Ex^{as} que ontem nós fomos citados na imprensa com o Espíritoal, carnaval que eu faço na Fundação Dr. Jesus, mas lamentavelmente há pessoas, às vezes, inescrupulosas que estão com interesses outros, inconfessáveis, e não conhecem o nosso trabalho. Tenho 1.234 pessoas dentro da minha casa morando comigo, com a minha esposa, os meus filhos e netos.

E V.Ex^{as} podem ir lá na hora e no dia em que quiserem. Gostaria de receber na fundação o polêmico deputado Targino, porque até o que estiver errado sei que com ele conserto. Ele fica tranquilo para falar. Mas criticaram que eu estava fazendo carnaval com o dinheiro do Estado. Primeiro, quero dizer a V.Ex^{as} que é o sétimo ano que faço um Espíritoal. Sou evangélico, não participo do Carnaval, apenas oro. Faço campanha contra a violência no circuito pedindo à juventude que não use drogas e brinque em paz, porque os pais dos jovens esperam por eles em casa.

Mas, como nós temos uma população de 1.234 que vêm do *crack*, da cocaína e de outros tipos de droga, sendo violentados e violentando, faço esse movimento para segurá-los, para eles não irem ao percurso, ao circuito, correndo o risco de se drogarem, se alcoolizarem e ampliarem a violência pública.

Então, quero dizer a V.Ex^{as} que há 7 anos faço esse Espíritoal. Nós temos 26 anos recuperando dependentes químicos, porque fui um também. Fui alcoólatra, tive uma vida muito ruim. Fui planejador de assaltos a bancos, apanhei da PM por não ouvir os bons oficiais, mas não me envergonho disso porque fui, não sou. E muitas vezes sou ‘chacotado’ por quem ainda é e não aceita a transformação de Cristo Jesus em minha vida.

Portanto, Sr. Presidente, quero pedir aos Srs. Deputados e Deputadas que façam uma equipe, uma comissão e visitem a nossa fundação. Lá não tem placa de partido, não tem sigla partidária. Recebo pessoas de qualquer lugar. É um trabalho gratuito, faço isso por gratidão pelo que Deus fez na minha vida. Repito, eu era um homem miserável, um imundo, um sujo! Mas há 24 anos conheci esta palavra e pelo poder dela fui liberto do alcoolismo, das drogas, não planejo mais assaltos, não sou mais homossexual! Enfim, Jesus mudou a minha vida!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer de público que o que foi publicado na imprensa não é verídico. Não recebo nenhum dinheiro para fazer carnaval, até porque não é um carnaval. É uma simulação de festa, deputados Fábio Souto, Leur e os outros Srs. Deputados que estão aqui, da Oposição e do Governo. Faço o Espíritoal com o intuito de segurar jovens lá na fundação.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Quando chega o são-joão, faço outra festa também para segurá-los pra que durante a folia não vitimem ninguém na sociedade nem sejam vitimados.

Peço, portanto, que esta Casa, a presidência dos trabalhos, o deputado Sandro e o presidente Angelo Coronel visitem a Fundação Dr. Jesus, como inclusive o deputado Marcelo Nilo visitou 3 vezes. E que esta Mesa Diretora também visite a nossa instituição para poder falar do certo, assim como Targino, esse polêmico deputado que está de parabéns! E a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado. V.Ex^a teve 1 minuto a mais no tempo que reivindicou.

Com a palavra o nobre deputado Heber Santana.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero parabenizar V.Ex^a, deputado Pastor Sargento Isidório, eu que já tive oportunidade de conhecer pessoalmente o seu trabalho e pude ver a intensidade e a complexidade dele, além da importância que traz para toda a sociedade baiana através

dos resultados alcançados ali, naquele local. V.Ex^a está de parabéns! E, para esse feito, sempre que necessário contará com o meu integral apoio, chamando realmente a atenção para a necessidade que nós parlamentares, governo do Estado e todo o poder público constituído temos. No que pudermos, devemos ajudar e cooperar com o seu trabalho.

Quero também manifestar a minha satisfação e alegria, deputado Targino, de estar fazendo parte desta Legislatura na Assembleia exatamente nestes momentos em que a gente percebe mudanças estruturais importantes que vão aproximar mais este Legislativo dos anseios da sociedade. Tenho um profundo respeito por esta Casa - já disse aqui na minha primeira oportunidade -, onde aprendi a conviver especialmente no período em que meu pai também foi deputado estadual e membro da Mesa como 2º Secretário. E respeito igualmente tudo aquilo que já foi construído aqui ao longo destes anos.

Mas o grande reconhecimento que precisamos ter é de que não podemos estacionar. Precisamos evoluir, esta Casa precisa continuar evoluindo. E vejo bem as mudanças que nela têm acontecido, meu Líder Leur. Especialmente a incorporação do Colégio de Líderes, prática já comum na Câmara Municipal de Salvador, de onde me originei, da mesma forma que a agora deputada Fabíola. Ela foi vereadora junto comigo lá, e o deputado Marcell Moraes também foi vereador quando fui. Enfim, essa prática do Colégio de Líderes é extremamente importante para que possamos aumentar a produtividade da Assembleia. Mesmo enquanto estava na Câmara de Vereadores, acompanhava a queixa dos agora colegas aqui sobre a falta de apreciação dos projetos dos próprios deputados. E acredito que o instrumento do Colégio de Líderes é fundamental pra dinamizar esse trabalho, diluir dúvidas e permitir que em Plenário possamos ter uma produtividade maior.

Até faço a sugestão de que, na medida do possível, dentro do Colégio de Líderes possamos ter sempre um acordo também para que, mesmo informalmente, do horário seja do Pequeno Expediente, seja do Grande, os parlamentares possam abrir mão para que ganhem um tempo maior na apreciação dos projetos. Inclusive temos hoje alguns a serem votados.

Quero falar ainda da importância dos trabalhos das Comissões. Estou fazendo parte de 4 nesta Casa, um desafio até mesmo pelo horário, porque muitas delas são semelhantes. Mas faço parte delas e farei de outras, deputado Samuel Júnior, com o maior prazer, crendo que o nosso trabalho aqui terá, sem dúvida, repercussão em todo o Estado e contribuindo naquilo em que de alguma maneira pudermos contribuir, deputado Targino. Também quero parabenizar V.Ex^a pelo zelo pela boa conduta aqui dentro desta Casa, o que, sem dúvida, trará resultados importantes.

Tivemos recentemente, lá na Prefeitura Municipal de Salvador, uma reunião muito importante, muito produtiva. Os deputados da Oposição desta Casa estiveram presentes, os federais opositoristas também, os vereadores da base do prefeito ACM Neto, o próprio e também o ministro Antonio Imbassahy. E, entre muito do que foi discutido, faço questão de registrar a mensagem dada naquele momento pelo prefeito desta cidade, de que não se tratava de uma reunião em que a pauta eleitoral estava em

evidência. A pauta era e foi a Bahia, mas me chamaram muito a atenção, deputado Luciano, as informações sobre os investimentos feitos pelo governo federal em nosso Estado. Sobre eles teremos tempo oportunamente de falar melhor, mas o assunto vai fazer muitas máscaras caírem quanto a intervenções que estão acontecendo na Bahia, onde o governo estadual de alguma maneira se apresenta como aquele que está realizando a obra, embora seja facilmente percebido - sem a menção devida por parte do governo baiano - que é o federal que está bancando-a.

Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Então, dentro disso que foi discutido, pensamos também em alternativas de trabalho, de forma com que a presença do ministro Antonio Imbassahy agora nessa Secretaria tão importante possa colaborar de uma maneira - aí, sim - efetiva, verdadeira e digna para o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Heber Santana.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo. V.Ex^a terá 25 minutos para discorrer.

(Um deputado fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O Pequeno Expediente já acabou, três e meia, 15h30min. Agora só no de amanhã.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente ora em exercício nesta presidência, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. das Galerias Paulo Jackson, Imprensa presente, nossos companheiros funcionários desta Casa, os que nos assistem através da *TV Assembleia*, gostaria de registrar que participei ontem da abertura duma reunião de todos os Conselhos de Engenharia deste País articulada pelo sistema Confea/Crea. Nela tivemos a oportunidade de discutir a crise que bate de forma profunda, com muita intensidade na engenharia nacional e, por consequência, desemprega milhares de engenheiros de todas as categorias.

Então, é um processo de desmonte da engenharia nacional, tendo por trás grandes interesses de concorrentes internacionais em tirar do mercado um patrimônio que foi construído pela sociedade brasileira não só para termos grandes empresas, mas também desenvolvermos tecnologias específicas, como a da exploração de petróleo em águas profundas na construção civil.

O brasileiro, usando sua sabedoria, seu conhecimento e tecnologia, conseguiu estabelecer-se mundo afora com seu prestígio. Hoje, empresas brasileiras participam e ganham licitações de obras importantes no mundo todo. Mas há em curso uma operação que vem destruindo-as. Então, vemos políticos que cortejavam essas

empresas, lambe-botas atrás de recursos. Estão todos calados hoje, não se manifestam em defesa de um patrimônio como esse.

Temos que separar uma coisa: os atos de corrupção têm de ser punidos, mas essas empresas, que geram emprego, conhecimento e tecnologia, não podem ser destruídas da forma como está sendo feito. O que está havendo, na verdade, é uma retomada do mercado internacional para entregar a desnacionalização, ou seja, não usar. Inclusive a Petrobras teve o desplante de estabelecer um processo de concorrência eliminando a participação de empresas nacionais. Este é o momento que estamos vivendo. A história nos mostra.

A Bayer fabricou gás que matou seres humanos no nazismo, empregou mão de obra escrava, a população judia que morava na Alemanha. E ali foram presos. No entanto essa empresa se transformou em mais de 5 empresas. Hoje estão atuando pelo mundo todo, inclusive têm quase o monopólio da produção de princípios ativos para agrotóxicos utilizados na agricultura no Brasil. Isso foi desenvolvido por uma tecnologia de guerra.

Não podemos de forma passiva - e, eu diria, até com certa covardia - permitir essa destruição. Da reunião participou o da “junta interventora”, o Padilha, representando o governo. Ele dizia, com a maior cara de pau, que na verdade o governo formou um *Dream Team*, o time dos sonhos, para dirigir a economia e governar este País.

De quem é esse sonho?! É do povo brasileiro, que está sendo massacrado, tendo os seus direitos totalmente aniquilados, sobretudo os trabalhistas, sem falar dos programas sociais sendo dizimados, com várias justificativas?! E agora um ataque para exterminar a Seguridade Social! Então, é o que estamos vendo! Isso é uma conjuntura extremamente complexa de que teremos de dar conta na política, superando nossas fragilidades, para que haja um afluxo na luta dos trabalhadores, a fim de que possam resistir e retomar essa luta.

Quero falar sobre o projeto que votaremos hoje. Ele institui o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia (Funpen/BA). Durante este mandato, com 2 anos no exercício da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, tive a oportunidade de me aproximar dessa temática, estudá-la. E também a de visitar muitos presídios deste Estado. Os nossos presídios são vistos, até com o olhar complacente da sociedade, como locais que devem ser lixo para ali serem depositados seres humanos de quem queremos nos vingar. Mas sabemos que isso não funciona, e as nossas penitenciárias terminam exatamente sendo polos organizadores da violência e da arregimentação do crime organizado. E ainda com conexões fora delas estabelecendo a organização de ambas duma forma sistemática.

Vamos aprovar esse fundo e o recurso. Isso é extremamente necessário, mas precisamos ter a consciência de que dinheiro só não basta. Dinheiro não resolve por si só. Temos um problema estrutural na segurança pública que precisamos rever. Temos de rever também a política antidrogas, a forma como ela é aplicada, a sua legislação, porque não haverá presídios suficientes neste País. O Brasil já tem a 4ª população carcerária do mundo! São seiscentos e poucos mil presidiários e presidiárias, e

mandados na Justiça para a prisão de quase esse mesmo número. Só perdemos para a ex-União Soviética, atual Rússia, a China e os Estados Unidos, onde os presídios são negócios. Mas isso também está em falência lá. A sociedade americana já está questionando a política de privatização dos presídios.

Então, este sistema presidiário brasileiro é uma verdadeira bomba que já está explodindo! Já vimos a crise do Espírito Santo no sistema de segurança pública, a do Rio Grande do Norte - com aquela carnificina humana nos presídios! -, a de São Paulo. No Rio de Janeiro chega agora a crise no sistema de segurança pública e nos presídios.

Temos de rever essa política! A maioria desses presos, 25%, vêm de 2006 para cá, justamente quando se alterou a política antidrogas. E aí prende bagrinhos, enche de bagrinhos ali, e eles são repostos. Para cada um desses presos, tem mil passíveis de serem recrutados para encher o presídio novamente.

Então, essa segurança pública, que é um verdadeiro negócio em que a violência é explorada e que muita gente ganha dinheiro, tem que ser revista. Temos que rever a questão estrutural das polícias, temos que rever o sistema jurídico criminal e o sistema presidiário.

Sobre o sistema presidiário, tivemos a oportunidade, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, de discutir o método APAC, que é uma das melhores experiências desenvolvidas no Brasil e que precisamos conhecer. De acordo com esse método, é fundamental que o preso trabalhe, e o trabalho é fundamental para a socialização do homem e, mais importante ainda, para a ressocialização daqueles que estão no processo de recuperação.

Nesse método, o índice de reincidência não chega a 16%, ao contrário do sistema hoje, que é dominante no nosso país, de quase 70% de reincidência. Ali não é uma casa de ressocialização, ao contrário, ali é uma universidade do crime, é um lugar de embrutecimento do ser humano, de onde saem verdadeiras feras e com a disposição de se vingar da sociedade. Precisamos, pelo menos, de uma experiência piloto desse método aqui no nosso Estado.

Hoje estamos trabalhando, e esperamos que ao menos um pouco desses recursos seja destinado para implantação, em Teixeira de Freitas, uma experiência como essa do Estado de Minas Gerais. Ali, a pastoral carcerária, vinculada à Igreja Católica, desenvolveu esse método com a coparticipação das famílias. É fundamental a participação das famílias no processo de ressocialização, e a participação da comunidade, que é quem arca com as consequências.

Ali se tem a possibilidade de estudar, muito trabalho, e o próprio preso ajudar a gestionar o espaço em que ele está, e esse espaço passa a ser um privilégio. O preso que tem acesso a esse espaço, não quer mais perder. Por isso, ele assume o compromisso de cumprir as regras estabelecidas, de trabalhar, estudar e se aperfeiçoar. Precisamos ter uma experiência desse método em nosso Estado, pois vale a pena humanizar os presídios.

Aqui também, deputado Sidelvan Nóbrega, tivemos a oportunidade de aprovar

por unanimidade, nesta Casa, o bloqueio de celulares nos presídios. A responsabilidade disso ficava com as próprias empresas, pois sabemos que o Estado, na sua lentidão, não tem como se atualizar de 6 em 6 meses, pois os equipamentos avançam numa velocidade muito maior do que o elefante da burocracia. Então, isso é muito justo, porque não seria nada para essas empresas cumprir com a sua obrigação social de bloquear essa conexão de organização do crime dentro dos presídios com as facções aqui fora.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. MARCELINO GALO:- Então, sei que V.Ex^a também teve essa preocupação, e agora remete a responsabilidade para o Estado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Mas nós devemos compartilhar essa responsabilidade.

Projeto como esse, de Santa Catarina, foi para o Supremo Tribunal Federal, e lá Gilmar Mendes decretou como sendo inconstitucional, o da Bahia foi julgado pelo Dias Toffoli, que é da mesma corrente filosófica, se aproximou muito, e terminou como sendo inconstitucional.

Então, isso é um absurdo! Não avançaremos enquanto nós não trabalharmos nesse sentido.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Temos alguns pedidos de aparte. Concederei um aparte à deputada Luiza Maia, depois para os deputados Fábio Souto, Sidelvan Nóbrega e Hildécio Meireles.

Concedo o aparte à deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado Marcelino Galo, estou aqui admirada, quero parabenizá-lo pela sua fala. Acho que foi uma fala muito prudente!

O nosso País vive, hoje, um momento de derrocada ou de caminhada rápida para o caos, para a barbárie, para não sei o que... Isso não só em termos da economia, como também da situação política. Hoje, temos assistido que a prática da política no nosso Brasil virou uma atividade de risco, de desonesto, de desumano. O povo brasileiro precisa tomar pé disso para arrumarmos essas questões.

Nesse sentido, só para completar essa brilhante fala sua, acho que precisamos, deputado, colocar na nossa pauta, na nossa agenda a questão desse sistema esgotado, o sistema capitalista. Mas as pessoas não falam, falam somente que o País tem problemas estruturais na sua economia, na sua política e em todos os programas sociais... Falarei daqui a pouco sobre essa questão da reforma da previdência.

Nós precisamos também começar a conscientizar a nossa população. Enquanto políticos, nós temos essa obrigação de dar essa consciência à sociedade de que este sistema precisa ser destruído! Ele não serve mais para atender às necessidades da humanidade. O Brasil, hoje, com esses golpistas de plantão que estão lá... Estão querendo botar o Brasil pior do que na década de 90, não é? A fome, a miséria, o

desemprego, e eles numa boa, entregando tudo para o capital financeiro, para os capitalistas de fora do nosso País.

Queria, mais uma vez, só para reforçar a sua fala, fazer esse complemento e dizer que V.Ex^a está de parabéns pelo seu pronunciamento nos 2 aspectos que falou.

O Sr. MARCELINO GALLO:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, deputada Luiza Maia.

Concedo o aparte ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Marcelino Galo, ouvi com muita atenção o pronunciamento de V.Ex^a. São vários aspectos importantes com relação à segurança pública. V.Ex^a tem uma presença muito marcante naquela comissão. O que V.Ex^a está colocando é uma coisa que precisaríamos ficar dissecando por muito tempo, e o tempo de V.Ex^a está se esgotando.

Eu ouvi uma questão que V.Ex^a colocou no seu discurso: a questão do bloqueio dos celulares nos presídios. Essa é uma medida que foi aprovada, mas que, infelizmente, por falta de boa vontade das empresas de telefonia celular, não está sendo efetivada. Acho que esta Casa tem de tomar uma decisão forte com relação a isso e obrigar essas empresas a cumprirem o que foi decidido nesta Casa, que é bloquear, fazer um sistema de bloqueio nos celulares que estão nos presídios.

Essa é uma questão importantíssima! Aí se faz uma lei, uma lei importante para evitar que esses bandidos continuem a controlar suas facções de dentro dos presídios e a lei não se efetiva.

Então, acho que temos de tomar uma atitude forte em relação a isso e V.Ex^a está de parabéns por abordar este tema tão importante para a sociedade e tão importante para acabarmos com o banditismo em nosso Estado.

O Sr. MARCELINO GALLO:- Agradeço, também, ao deputado Fábio Souto e peço a incorporação do aparte ao meu pronunciamento.

Concedo aparte ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Marcelino, muito lúcido o seu pronunciamento e sua preocupação, sobretudo com a segurança pública e com o sistema penitenciário do nosso País, é muito pertinente.

Eu quero acrescentar, fazer apenas uma observação quando V.Ex^a fala que o dinheiro, o recurso não é tão importante. Ele é importante, eu creio, mas sobretudo a importância maior está em sua aplicação. E acho que a palavra de ordem, neste momento, de fato é ressocialização. Ressocializar aqueles que já foram condenados e socializar aqueles jovens e adolescentes que não tiveram acesso com seus próprios recursos às condições de vida adequadas para ter uma boa educação, uma saúde da qualidade, lazer de qualidade, enfim, viver no meio social capaz de transformá-los em homens de bem.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a pela preocupação e pela lucidez do seu pronunciamento.

O Sr. MARCELINO GALLO:- Agradeço e incorporo o aparte do deputado

Hildécio Meireles.

Deputado, quero dizer que nós visitamos o presídio de Teixeira de Freitas. Lá fizemos várias reuniões na ala feminina, na ala masculina, e ali no pátio com vários presidiários, a maioria deles, quase que realizando uma assembleia, discutimos, eu olhava o semblante e víamos quase que pós-adolescentes, em sua maioria pobres, negros e jovens com idade máxima de 29 anos. Então, esse não é o espaço em que deva estar a juventude deste País. A juventude que está sendo exterminada pela violência, a violência do tráfico ou a própria violência do sistema. Também deveremos aprofundar oportunidades, geração de empregos.

A deputada Luiza Maia fala justamente da crise econômica. A crise econômica que, pelo que nós estamos vendo aí, não tem a mínima possibilidade de incorporar a economia, a geração de renda. Nós estamos com uma geração que é praticamente “inimpreável”, ela não tem como participar do mercado de trabalho e cada vez mais se criam instrumentos que diminuem as oportunidades e que são intransponíveis no sentido de conseguirmos incorporá-los ao mercado de trabalho.

Então, não há outra possibilidade para a juventude a não ser educação com a perspectiva de que se possa educar um cidadão produtivo para a sociedade, não no sentido de ser formado só como mão de obra qualificada, mas que seja suficientemente formado para entender a realidade em que vive, entender este País, para que ele possa ser ativo na participação e na construção de outra sociedade fraterna, democrática e na qual possamos acolher a nossa juventude.

Esse verdadeiro extermínio, ou é morte, ou é assassinato, ou é prisão para a juventude deste País nós temos que resolver. Agora, é pesado demais para a nossa geração. Nós vamos ter, claro, uma certa paciência histórica, mas não podemos, aqui, abrir mão de, de forma muito determinada, trabalhar para superar essa chaga da sociedade brasileira, que vê uma realidade como essa, que se acostuma, o que é de pior, que naturaliza a violência da forma como se dá no nosso País.

Era isso que eu queria registrar. E vamos, com certeza, votar aqui por unanimidade, pois sei da responsabilidade da Oposição, para que a gente possa ter mais recursos, mas que qualifique a utilização desses recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Horário das representações partidárias. Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 12 minutos.

A Srª Fabíola Mansur:- Presidente, falará pelo tempo integral o nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pelo tempo de 12 minutos, uma dúzia de minutos, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos

ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, Imprensa aqui presente, subo a esta tribuna, mais uma vez, para reprisar um assunto que traz a perspectiva de retirada de direitos das principais políticas sociais que foram inauguradas a partir de 2003 em nosso País.

Tudo começa com a assunção de um governo ilegítimo, que se autodenomina reformista, mas que não explicita a direção dessas reformas que farão um retrocesso jamais visto na história recente do nosso País.

Começa pelo malfadado ajuste fiscal, que no fundo não é um ajuste fiscal, e sim a mudança do modelo de sociedade que estava trilhando na direção de construção de um estado de bem-estar social. Timidamente, os pequenos degraus, as breves conquistas da população brasileira, na sua maior parte despossuída, que experimentou galgar posições nas faculdades; no alimento; nas oportunidades; no trabalho; na exuberância da agricultura familiar nos últimos 14,15 anos; no agro negócio; na indústria naval; na descoberta do pré-sal; na transformação da Petrobras como detentora da maior fronteira petrolífera de exploração em águas profundas do mundo... A PEC 247/55 no Senado, a PEC do fim do mundo dá um cavalo de pau na direção que trilhava a nossa jovem democracia.

Mas não é só aplicar o garrote nas políticas públicas sociais, é intencionalmente inviabilizar investimentos à manutenção nas áreas vitais para qualquer sociedade – saúde, educação, desenvolvimento, assistência social – e detonar o programa de valorização do salário mínimo, no descasamento, necessário a esse verdadeiro golpe, dos benefícios e da previdência do salário mínimo como unidade básica do pagamento dos benefícios. A alteração do marco regulatório do pré-sal, que significa virar as costas para aquilo que é estratégico para o País, para que tivéssemos assegurado, por décadas e décadas, a modernização, o aprofundamento, a qualidade do ensino, da educação para os brasileiros e uma saúde na direção da universalização dos serviços.

Vem aí a desregulamentação das relações de trabalho, a terceirização das atividades-fim. Isso significa, em última instância, dificultar o acesso, através do concurso público, às grandes carreiras de estado. Isso significa o retrocesso quando iniciávamos os primeiros degraus do estado de direitos sociais.

A reforma da Previdência, talvez à revelia do interesse e do conhecimento de boa parte da sociedade, é desobrigar o Estado de cumprir com o seu papel e colocar no ombro dos trabalhadores o peso para pagar uma Previdência inviável da forma como ela está sendo colocada.

Isso tudo para ampliar, favorecer o ambiente de seguridade privada, a Previdência privada. O principal efeito é tornar não atrativa a Previdência oficial. Por quê? Porque o jovem, o trabalhador, praticamente não alcançará a integralidade do benefício do seu teto. Diminuíram da idade máxima, porque eles querem de 65 anos menos 16, portanto 49 anos de contribuição. Ora, com 16 anos, o brasileiro e a brasileira ainda não completaram o seu tempo de escolarização.

Deputada Fabíola, nos 12 meses do ano, o trabalhador brasileiro em média contribui 9,1 meses. Imaginem vocês o que não serão 49 anos? Na realidade, alcançar

a integralidade de uma aposentadoria no Brasil será uma quimera, uma utopia inalcançável. Imagine isso transposto para os agricultores, os agricultores familiares, cujas famílias têm nos seus membros aos 14 anos o início do trabalho na zona rural, independente de ter a sua escolarização ainda sendo construída.

E a penosidade do trabalho? Como chegará esse trabalhador e essa trabalhadora aos 65 anos de idade? Quarenta e sete por cento das mulheres não terão direito ao benefício. E, quando chegarem à idade máxima, dependerão do benefício de prestação continuada, como se fosse um favor do Estado a negação de direitos. Mas, imediatamente, essa PEC 287 descasa, tira a unidade do salário mínimo como unidade básica para estabelecer os benefícios.

E não para por aí. Agora, recentemente, sob o argumento do ajuste fiscal patrocinado pela União, aqueles estados, como o Rio de Janeiro, que estão sofrendo assédio, chantagem do governo federal, foram obrigados a promulgar uma lei, vendendo a empresa de saneamento do Estado do Rio de Janeiro. Observem que aquela empresa que trabalha em qualquer estado, a área de saneamento ela trabalha em regime de monopólio. E sendo monopólio, entregando para a iniciativa privada, transformando a água em mercadoria, o que vai ser do subsídio cruzado? O que vai ser das populações marginalizadas, das pequenas aglomerações na zona rural, empobrecidas, sem acesso à água, sem acesso a esgoto, sem coleta e disposição final dos resíduos sólidos? É a entrega do saneamento básico em regime de monopólio para a iniciativa privada!

Isso não deu certo no Chile. Isso não deu certo na Argentina. Isso não deu certo na França. E o nosso atraso, a nossa subserviência aponta para a entrega daquilo que é estratégico para a sociedade brasileira para a iniciativa privada!

Os bancos estão dizendo “amém”. Os bancos têm uma previdência complementar privada como aves de rapina.

E isso aumentará a pobreza, o fosso das desigualdades sociais.

E o que é pior, esse governo não demonstra clareza de propósitos e não tem moral!

Para vocês terem uma ideia, são 6 ministros...

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Só um segundo, deputada.

(...) citados nas delações premiadas da Lava-Jato: o ministro Padilha; o “angorá” Moreira Franco; José Serra; Bruno Araújo, das Cidades; Gilberto Kassab; Marcos Pereira, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Recentemente, a Bahia teve que assistir, perplexa, à derrocada do ministro que era o homem forte desse governo. O ex-ministro já está portando seu pijama e diz que política foi um rio que passou em sua vida. É uma pena! Um baiano, do alto de sua arrogância, disse que a política foi um rio que passou em sua vida. Triste, lamentável! Saiu pela porta dos fundos.

E o que é pior, nada indica que os que foram delatados não serão deletados desse governo ilegítimo, porque me parece que, com a liberação das delações

premiadas da Odebrecht, muitos surpresas virão.

E aqueles que em épocas passadas estavam pilotando o “ferrorama” de Salvador, desviando R\$ 166 milhões, hoje, estão assistindo a uma lição que o governador Rui Costa dá para o Brasil, para a América Latina, construindo uma obra que vai sair pelo seu preço original, empolgando toda a Bahia e tirando Salvador da posição de 3ª pior capital em mobilidade urbana. E vai transformar, como poucas vezes na história desta capital, Salvador na capital da mobilidade urbana deste País, com um metrô que vai ser construído...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Não tenho mais tempo, senão daria. Não tenho mais tempo, infelizmente, senão eu o colocaria à sua disposição. Mas V.Exª pode se inscrever. Perdoe-me. Perdoe-me também, deputada Fabíola.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, falará, por 5 minutos, o deputado Prisco; e o deputado José de Arimateia, por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então, o deputado Prisco falará por 5 minutos; e o deputado José de Arimateia, por 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Boa-tarde a todos, que a graça e a glória de Deus estejam com todos nós.

Sr. Presidente queria a atenção de V.Exª que está à Mesa, já que aí também está a Mesa Diretora, para colocar a minha situação. Fico, às vezes, imaginando que estamos vivendo em plena ditadura, que a democracia não existe neste País. Esta Casa tem que dar uma resposta para que a ditadura, realmente, não impere nesta Casa.

Eu me encontro preso, melhor, em prisão domiciliar há 2 meses e 10 dias. Isso é uma verdadeira aberração e uma perseguição política do governo do Partido dos Trabalhadores e do governo do Estado. Ambos não querem dialogar com a categoria militar. Utiliza-se de uma prática ditatorial através do Poder Judiciário que, infelizmente, ainda faz o jogo político.

O próprio governador, aqui, afirmou não ter nada a ver com a minha prisão. Mas lendo o processo todo, está lá o DNA da Secretaria da Segurança Pública e do serviço de inteligência do governo da Bahia.

E isso é uma falta de respeito não comigo, o deputado Soldado Prisco, mas é uma falta de respeito com a Casa Legislativa. Todos os deputados, presidente, inclusive V.Exª, pode ser alcançado. Toda esta Casa aqui, que não fala, que não declara, pode ser alcançada. Este governo está perseguindo esta Casa Legislativa! Isso acontece não é porque sou um deputado de Oposição.

Vou falar da violência e da carência ocorridas em nosso Estado.

Pasmem, os senhores, há, em meu processo, fala minha daqui deste Plenário desta Assembleia Legislativa quando usava este púlpito. Aqui! Está em meu processo. O serviço de inteligência da Bahia pegou fala minha de dentro desta Casa Legislativa e a mesma consta no processo.

Isso é uma verdadeira aberração! Observem, são 2 meses e 10 dias que eu estou em prisão domiciliar, sem poder viajar, sem poder falar com diretores de associações de policiais militares no Brasil. Tive de pedir renúncia da associação de policiais militares da qual fui o criador, o fundador e sou o presidente dela, eleito de forma democrática.

E este governo é quem banca esta ditadura! Mesmo o governo negando, o processo fala por si. Este é o governo que blinda tudo. Infelizmente, a própria Base do Governo se cala diante desta situação.

Parte da imprensa está, infelizmente na Bahia, comprada por este governo, pois ela não coloca uma nota da nova situação por mais que a gente fale sobre ela.

Só quero alertar os próprios colegas sobre os fatos acontecidos comigo. Eu sou, hoje, deputado estadual. Amanhã, isso pode estar acontecendo com V.Ex^{as}. Isso não está atingindo, apenas, um deputado estadual, mas isso está atingindo toda a Casa Legislativa. Todos os deputados estaduais estão sendo penalizados com esta decisão judicial.

Espero, realmente, depois da reunião da Mesa hoje, que a Casa tome providência em relação a esta situação. Já coloquei esta situação para o presidente desta Casa. Não há cabimento eu me encontrar em prisão domiciliar por causa de uma perseguição absurda e inaceitável por parte de um governo que se diz dos trabalhadores e que se diz democrático.

Quero, aqui, registrar, em meu tempo, presidente, simplesmente, de forma indignada, o que este governo está fazendo com a gente.

Na Bahia, a violência só aumenta. E, aqui, vou falar sobre a violência e sobre os dados que a aumentam; mesmo sabendo que tudo isso pode vir contra mim, porque não se pode falar nada contrário ao que este governo prega.

Estão, aqui, os dados da imprensa hoje. Os homicídios, em Salvador e na Região Metropolitana, aumentaram, absurdamente, em 2017. Foi a maior taxa de homicídios em todos os anos que vivemos. E é isso o que este governo não quer colocar para a sociedade. Só se publica o que o governo quer ecoar.

O governo vem com o prêmio por desempenho querendo votar e querendo enganar a categoria goela abaixo com mentiras. Este governo assinou um acordo com a nossa categoria. E os parlamentares desta Casa participaram desse acordo, pois assinaram esse acordo também. E, no entanto, o governo não cumpriu o acordo.

Convocamos três assembleias com a categoria. Fizemos um ato legal, onde o próprio jurista do Supremo Tribunal Federal defende a forma de reivindicar da nossa categoria.

E este governo vem e pede uma prisão. Um juiz é convocado só para este ato através do Ministério Público Federal em Brasília. E a prisão saiu! E isso acontece já

há 2 meses e 10 dias. E, no entanto, não há nenhuma solução imediata para isso. Os nossos advogados têm ido a Brasília e têm acompanhado esta luta. Vemos o poder político trabalhando por trás e prejudicando esta Casa Legislativa, porque é um deputado desta Casa que está sendo prejudicado neste momento.

Então, aqui, quero externar a minha indignação ao ver esta Casa, simplesmente, calada também diante destes fatos. Gostaria muito de que esta Casa se pronunciasse diante deste fato, porque isso não se trata, apenas, de um deputado estadual, mas trata-se desta Casa Legislativa que está tendo o seu direito cerceado de fazer política e de representar os seus eleitores.

Por que eu digo isso? Eu obtive, na última eleição, 108.041 votos dos eleitores, mesmo contra a vontade deles. Eles não vão conseguir calar a nossa voz, a não que nos matem, porque isso, até, já tentaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, por 6 minutos, o nobre deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, *TV Assembleia*, gostaria, primeiro, de parabenizar as atitudes dos deputados Targino Machado, Fábio Souto e Angelo Almeida, pois, graças a Deus, nesta tarde de hoje, podemos dizer que estamos em uma Assembleia Legislativa e em uma Casa das Leis. Ontem, Sr. Presidente, quando cheguei aqui, tive a sensação de que estava a assistir a um FC ou a um MMA. Digo isso pelo clima que estava ontem neste Plenário.

Mas, hoje, graças a Deus, vemos a harmonia. É isso o que o povo quer ver com a imprensa aqui presente e com a participação da *TV Assembleia* a nos divulgar. Todos estão a nos ver, aqui, falando sobre as leis, aprovando os projetos importantes para o povo da Bahia, pois, daqui a pouco, vamos aprovar o projeto que vai disponibilizar recursos para o sistema penitenciário do Estado da Bahia, o Funpen – Fundo Penitenciário da Bahia.

E, nesta oportunidade, Sr. Presidente, gostaria de pedir, mais uma vez, ao Exm^o Sr. Governador do Estado da Bahia Rui Costa, o anúncio da criação do fundo estadual do idoso. Isso é lei. Por esta Casa, já foi aprovada a criação do fundo estadual do idoso. Ao criar esse fundo, o governador vai mostrar que quer que as políticas públicas saiam do papel em benefício dos idosos. Sabemos que já há o Estatuto do Idoso ou, em outras palavras, já existe o Estatuto do Idoso e este precisa ser cumprido. Mas quando a gente cobra do governo e cobra dos prefeitos, eles dizem que não há recursos. O fundo estadual do idoso vai dar condições para o governo fazer a lei valer.

Então, mais uma vez, estamos aqui nesta tarde para, daqui a pouco, aprovarmos o projeto de origem do governo do Estado, através da Mensagem nº 5.087/2017, onde institui o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia.

E faço, aqui, mais uma vez, o apelo. Gostaria de que o Líder do Governo ou o

Vice-Líder do Governo ou alguém que represente aqui o governo pudesse usar esta tribuna e pudesse dar essa boa notícia, deputado Joseildo Ramos. Trata-se da boa notícia que os idosos esperam, porque esse é um direito que eles têm.

Mas o que o governo tem de fazer?

O governo tem de se explicar por que não consegue botar para funcionar e por que não abre. E isso não quer dizer que o governo vai ter de colocar recursos do Estado da Bahia nesse fundo. Não! O governo vai abrir uma conta. O governo abrirá uma conta. Depois, qualquer cidadão comum ou as empresas privadas pode fazer suas doações.

Eu, como cidadão, posso fazer uma doação para esse fundo. Agora, vamos fazer a declaração do imposto de renda. E cada cidadão pode colocar, em sua declaração, o quanto pode doar para o fundo estadual do idoso e essa quantia será abatida no imposto de renda a pagar. Isso pode ser feito.

A oportunidade seria agora para que, já neste ano, o governo possa, realmente, chegar e anunciar as obras importantes que venham a beneficiar os idosos.

Há outro assunto, Sr. Presidente, que gostaria de registrar.

Dei entrada, nesta Casa, em 2 projetos de lei como um dos defensores da causa animal. Apresentei o projeto de lei disque-denúncia contra os maus-tratos causados aos animais no âmbito do Estado da Bahia. Esse é um projeto. O outro projeto de lei determina o pagamento de multa aos atos de crueldade cometidos contra os animais. Esses dois projetos estão tramitando nesta Casa.

Já que meu tempo acabou, para concluir, Sr. Presidente, nós esperamos que esses projetos sejam aprovados nas comissões e, conseqüentemente, aprovados em Plenário.

No dia 16 de março ou próximo a esse dia, teremos uma sessão especial pelo Dia Nacional dos Animais, às 15 horas, neste Plenário. Logo, nós gostaríamos de dar a boa notícia acerca da aprovação desses 2 projetos de lei em benefício e em defesa dos animais, ora em tramitação nesta Casa, para a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Falarão, por 5 minutos, o querido deputado Marcelo Nilo e, por 6 minutos, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil, hoje, acompanha a sabatina do provável ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Este é um caso inédito na história do Brasil. Ele foi secretário da Justiça;

depois, ministro da Justiça. Era filiado ao PSDB. Mas, às vésperas da sua indicação ao STF, ele pediu a sua desfiliação partidária para assumir um dos cargos, talvez, mais importantes, que é o de ministro do Supremo.

Imaginemos nós que o ministro do presidente Temer assomará à vaga antes ocupada pelo ministro Teori e será o revisor da Lava Jato. Imaginemos nós que o presidente Temer já foi citado e seus 6 ministros de Estado, também, já foram citados por delatores em algum envolvimento nos crimes que são apurados pela Lava Jato.

Será que esse ministro terá a imparcialidade necessária para fazer um julgamento como revisor da Operação Lava Jato? E a esposa de Alexandre de Moraes é advogada no STF. Será que ele terá a imparcialidade para julgar os processos nos quais a sua esposa esteja a advogar?

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu querido amigo, um dos melhores deputados desta Casa, o nosso companheiro Adolfo Viana lembrou, recentemente, que os conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios foram políticos e foram indicados por esta Casa.

Afirmo, porém, ser este caso, completamente, diferente, porque o parecer do conselheiro é, apenas, opinativo. Quem decide a querela em questão é o Plenário da Assembleia Legislativa da Bahia.

Isso é diferente do que acontece no Supremo Tribunal Federal, pois são os seus ministros quem dá a palavra final sobre os processos que lá tramitam, uma vez que não há mais condições de recorrer a outra instância ou a outro poder decisório. A última decisão é a do Supremo Tribunal Federal.

Não creio que ele tenha sido advogado do PCC. Não creio. E se fosse, seria preciso analisar, juridicamente, o impedimento. Não creio que ele seja. Aliás, ele, até, rebateu, hoje, ao dizer que tal afirmação é invenção da imprensa.

Mas, eu tenho certeza absoluta de que, o Supremo Tribunal Federal deveria ter ministros altamente capacitados, juridicamente, para que aquela Corte fosse a palavra final em qualquer decisão na qual o pleito chegue àquela Suprema Corte.

Portanto, Sr. Presidente, quero lamentar que um ex-ministro do presidente Temer, repito, vai ser o revisor da Lava-Jato, pois estes 6 ministros do governo - vou citar os nomes -, Eliseu Padilha, Moreira Franco, José Serra, Bruno Araújo, Marcos Pereira e Gilberto Kassab, foram citados nessa operação e serão analisados pelo STF por terem foro privilegiado.

Portanto, deveríamos ter a tranquilidade da imparcialidade de um ministro. Ora, ele a vida toda militou no PSDB, partido no qual, diga-se de passagem, fiquei 20 anos, o que me honra muito. Então, o Sr. Alexandre Moraes não terá, na minha opinião, a tranquilidade necessária para julgar casos que envolvam ministros do Partido da Social Democracia Brasileira.

É, sem dúvida nenhuma, um fato lamentável. Aliás, diversos brasileiros, através da Internet e do mundo jurídico, protestaram contra a indicação desse senhor para exercer, neste momento, um dos cargos mais importantes na era republicana do Brasil.

Quero protestar, Sr. Presidente! Acho que em tempos como os de hoje, com as redes sociais, é inimaginável que o presidente Michel Temer indique para o STF um ministro que, na minha opinião, sem dúvida nenhuma, não terá a imparcialidade necessária para julgar os casos que envolvam tucanos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a próxima oradora, deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 6 minutos.

A Sra. FABÍOLA MANSUR:- Nobre trio da Mesa Diretora ora presidida pelo deputado Carlos Geilson, esta é a Casa dos debates, verdadeiramente, e as Comissões Temáticas também são a Casa para a gente fiscalizar, prestar contas, sugerir. De forma que, como membro da Comissão de Saúde, ontem ouvíamos comentários e críticas de um nobre deputado que respeito muito, da Oposição - meu colega médico -, ao Hospital Ernesto Simões. E logicamente aquele Colegiado, brilhantemente presidido pelo deputado Alex da Piatã, tem sempre como objetivo esclarecer a população.

Eu trago aqui estas informações, pois o deputado ontem queria abrir uma CPI a respeito do suposto fechamento definitivo do hospital. O que a gente faz é fiscalizar, perguntar, procurar saber do secretário. Já esclarecendo, o Hospital Ernesto Simões sofrerá como medida preventiva, neste período do Carnaval em que há naturalmente diminuição da demanda, obras de manutenção no centro cirúrgico, especificamente no telhado e forro, voltando a ser reaberto em março após a folia. Tal procedimento, obviamente, visa assegurar inclusive a integridade física dos pacientes e do corpo técnico, e sempre a Secretaria da Saúde está à disposição para esclarecer.

De modo que, diante de tanta polêmica, não são necessárias CPI's para esclarecimentos, bastando para tal um telefonema ao secretário, que, aliás, vem sendo um secretário, como já reconhecido até por deputados da Oposição, que tem recebido a demanda, mostrando uma atitude republicana, sendo, inclusive, até objeto de elogios.

Quero também aproveitar, em relação ao Hospital da Mulher, deputado Alex da Piatã, que nós... eu sugeri aqui uma vista, também foi cobrado pelo referido deputado que nós pudéssemos esclarecer o volume, ou o pouco volume de cirurgias agendadas para o Hospital da Mulher que tem pouco mais de um mês de existência. E como as cirurgias são encaminhadas das secretarias municipais, obviamente muitos desses prefeitos estão tomando posse a menos de 40 dias, e os seus secretários de saúde, por conseguinte, têm diversas preocupações. Obviamente que esse movimento pela falta de indicação, porque o hospital é regulado, ele é naturalmente explicado. O importante é que nós garantamos a visita ao Hospital da Mulher, o debate com o Secretário.

Não estamos aqui para ficar defendendo o indefensável ou não tratando de temas que todos nós queremos melhorar: a saúde, a educação, a segurança pública. Mas é preciso também um pouco de lucidez para que a gente saiba discernir o que, verdadeiramente, seria objeto na CPI, que essa deputada, se for um objeto que aqui eu

queira investigar, certamente assinaria. Mas, é uma coisa mais simples de resolver.

Quero, inclusive, explicitar aqui, deputado Sandro Régis, que hoje de manhã reunimos na Comissão de Educação. Só para dar um exemplo, é uma pauta que vamos levar ao governador, a demanda premente das UNBs por mais recursos, o concurso público para professores, pela solução dos terceirizados. Enfim, é uma pauta que nós poderíamos estar alheios, mas recebemos lá – eu, o deputado Zó, o deputado Zé Neto, o deputado Rosemberg, proponente da referida audiência, vários diretores e diretoras da UNEB –, e vamos levar ao nosso governador.

Então, eu queria trazer esse esclarecimento aqui, convidar o nobre colega, deputado que fez a referida menção, para nós, até, visitarmos o Hospital da Mulher e as obras do Hospital Ernesto Simões.

Quero aproveitar para parabenizar a Oposição e a Base pela votação, em regime de urgência, do Fundo Penitenciário que vai ajudar a captar e apoiar programas e atividades no sistema penitenciário.

Sobretudo a gente que milita na área de Irecê, recentemente teve fuga de 15 presos, tivemos uma licitação de lá para administrar o sistema penitenciário local, e que deu deserto. Esperamos que não só o fundo possa ajudar a fomentar essas ações, como esperamos que o secretário do Seap, o nobre amigo Nestor Duarte, que nós possamos, o mais breve possível, reliciar aquele presídio para que possa ser colocado em operação.

Então, quero dizer para os nobres colegas deputados que nós temos, realmente, que produzir projetos, temos que fiscalizar, temos que sugerir, mas, às vezes, as coisas são mais simples. Então, eu quis aqui trazer à luz do esclarecimento o que, efetivamente, foi a informação oficial do secretário Fábio Vilas Boas, e que a gente não esperaria. Essas cirurgias que, hoje, não podem ser realizadas no centro cirúrgico serão realizadas, temporariamente, no Hospital Otávio Mangabeira, que funciona ao lado do Hospital Ernesto Simões.

A saúde está longe de estar perfeita, está longe de ter um investimento, mas é possível que a gente traga, aqui, à luz, as informações verídicas a respeito da condução do processo.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Antes de chamar o próximo orador, peço ao deputado Manassés assuma a presidência e o deputado João Fabrício Falcão assumo aqui a 2ª Secretaria.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, gostaria de indicar o deputado Leur Lomanto por 4 minutos, deputado Fábio Souto por 3 minutos e o deputado Alan Sanches por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então, fica da seguinte maneira: 4 minutos para o deputado Leur Lomanto, 3 minutos para o deputado Fábio Souto e 4 minutos para o deputado Alan Sanches.

Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ouvi atentamente o discurso do deputado Marcelo Nilo fazendo críticas à nomeação do ministro Moraes para o Supremo Tribunal Federal. Quero dizer ao deputado Marcelo Nilo e aos Srs. Parlamentares, primeiro, que o ministro Moraes possui todas as qualificações para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Oriundo do Ministério Público, promotor de Justiça do Estado de São Paulo, depois secretário de Segurança do Estado de São Paulo, secretário de Justiça do Estado de São Paulo, ou seja, um profissional gabaritado, qualificado, que está, sem sombra de dúvida, preparado para assumir uma cadeira na principal corte do nosso País.

Agora, estranhou-me, Srs. Parlamentares, deputada Luiza Maia, do Partido dos Trabalhadores, o fato de que não vi ninguém se manifestar, nenhum deputado do PT, na época em que foi escolhido para ministro do Supremo Tribunal Federal o advogado Dias Toffoli. Ora, Dias Toffoli foi advogado do Partido dos Trabalhadores, ou seja, não vi aqui se lançar a suspeita de que ele, por esse motivo, iria assumir a cadeira de ministro do Supremo Federal para defender os interesses, naquela Corte, do Partido dos Trabalhadores ou dos acusados do Mensalão, do Petrolão, aliás, como fez.

Uma das decisões do ministro Dias Toffoli foi, justamente, liberar a prisão preventiva, a soltura, do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, por ser do mesmo partido, Partido dos Trabalhadores. E eu não vi ninguém aqui do PT, nem o próprio deputado Marcelo Nilo, na época, fazer algum tipo de questionamento da conduta que poderia ser assumida pelo ministro Dias Toffoli, assim como, deputada Luiza Maia, da conduta da ministra do TSE, a ministra Luciana Lóssio, advogada da campanha da presidente Dilma Rousseff.

Em nenhum momento eu vi alguém subir a esta tribuna para questionar, e quero aqui deixar bem claro que não estamos aqui questionando a capacidade técnica, o conhecimento jurídico de nenhum desses ministros. Aliás, tenho um posicionamento pessoal com relação à nomeação de ministros para as cortes superiores.

No meu entendimento, não deveria ser indicação política. As indicações, sim, deveriam partir dos próprios ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, para que não tivesse nenhum tipo de intermediação da classe política nesse setor. Mas, ora, o deputado Marcelo Nilo vir questionar aqui a indicação do ministro Moraes! Vamos olhar pelo retrovisor e ver que o que o PT fez foi tentar aparelhar o Supremo Tribunal Federal.

Graças a Deus, nós tivemos lá ministros fortes, eficientes, como Joaquim Barbosa, por exemplo, que foi indicado pelo PT na tentativa de que o ministro fizesse ali, no Supremo Tribunal Federal, uma defesa dos interesses do Partido dos Trabalhadores, mas ele foi maior e defendeu, sim, os interesses do Brasil naquela Corte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Fábio Souto, pelo tempo de até 3 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, eu vou ser bem prático aqui. Pela falta de tempo nesta tarde, eu vim aqui falar sobre a GTA. Nós tivemos uma reunião, hoje, muito proveitosa, na Comissão de Agricultura, e vejo aqui o deputado Zó presente, e decidimos – toda a Comissão, deputados de Governo e de Oposição, deputado Alex – mandar um ofício ao secretário de Agricultura pedindo que se estendesse o prazo em até 90 dias...

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FÁBIO SOUTO:- (...) para que, realmente, fosse discutido com mais calma, já que o aumento está previsto para dia 28 deste mês.

Todos nós recebemos aqui as manifestações dos produtores rurais do interior para que isso aconteça, para que não haja esse aumento. Acho que mostrará bastante equilíbrio se esse aumento for postergado, se o assunto for mais discutido e, no momento certo, o governo, junto com esta Casa, tome uma decisão. O produtor rural não tem condição de arcar com esse aumento de R\$ 2,20 para R\$ 4,00. Hoje, R\$ 2,20 já é a maior taxa de GTA, Guia de Transferência Animal, do Brasil. Minas Gerais está R\$ 1,80, aumentar para R\$ 4,00 vai, realmente, dificultar muito a vida do produtor rural.

Vou conceder o aparte ao deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Fábio Souto, agradeço a oportunidade de apartearlo na tarde de hoje, apenas para concordar com seu pronunciamento e parabenizar V.Ex^a.

Hoje, estive reunido com algumas pessoas da Adab que vieram expor os motivos desse aumento. Realmente, foi um erro esta Casa ter votado esse projeto no ano passado, mas acho que ainda há tempo, deputado Fábio Souto. Atravessamos a pior seca dos últimos anos, os produtores rurais não aguentam mais nenhum tipo de aumento que venha onerar a sua produção. Estamos com uma defasagem no preço da arroba muito grande, V.Ex^a conhece bem sobre o tema.

Então, quero dizer e registrar, na tarde de hoje, que sou totalmente favorável ao posicionamento de V.Ex^a. E também faço esse apelo ao governo do Estado para que possamos adiar a vigência desse aumento.

Parabéns, deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Queria pedir o empenho de todos aqui, porque, se não tomarmos uma providência e não conseguirmos conscientizar o secretário até o dia 28, esse aumento vai vigorar. Então, é importante essa união de todos. Como disse o deputado Alex, a

classe dos pecuaristas da Bahia precisa desse apoio e não vai suportar esse aumento para R\$ 4,00.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Alan Sanches pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Meus queridos amigos, deputado que preside esta sessão, deputado Fabrício, colegas, vou tentar ser bastante sucinto. O secretário Fábio Vilas-Boas falta com a verdade, acho que, além de tudo, ele tem que ter responsabilidade. A partir do momento em que a deputada Fabíola recebe o encaminhamento, as informações dele, ela está assumindo, também, esse papel. O secretário informa que apenas uma sala do centro cirúrgico do Ernesto Simões estará em reforma. Ele falta com a verdade.

O questionamento que queria fazer nesses poucos minutos aqui – ainda falarei durante esta sessão – é o seguinte: se ele fosse diretor de um hospital particular e existisse um centro cirúrgico nesse hospital, ele fecharia o centro cirúrgico da unidade hospitalar? Deputado Sandro, o que se faz quando se tem um planejamento, deputada Fabíola - V.Ex^a é muito conhecedora disso - é dividir o centro cirúrgico; a reforma é feita de um lado e o outro lado continua funcionando. Mas não há planejamento, o fechamento daquele centro cirúrgico foi decidido pelos profissionais médicos – V.Ex^a acompanhou isso, V.Ex^a sabe. Não foi uma decisão da Sesab fechar o centro cirúrgico, a decisão foi do seu corpo médico pela responsabilidade que todos nós, como médicos, temos com a saúde do cidadão. Mas o secretário Fábio falta com a verdade.

E eu convido V.Ex^a, deputada Fabíola, convido a comissão para que, amanhã, ou agora – o presidente da Comissão estava aqui no plenário, o deputado Alex - façamos uma visita ao centro cirúrgico e constatemos que serão fechadas as 5 salas. E não apenas 1 sala, como o secretário passou a informação. Recebi do próprio secretário Fábio a informação da assessoria de comunicação, outros devem ter recebido também.

Então, o mínimo que um gestor público tem que falar é a verdade. Ele foi negligente com o Hospital Ernesto Simões a partir do momento em que não planejou a reforma daquele centro cirúrgico. Ele é negligente quando faz uma reforma da unidade de emergência do mesmo hospital e relega o centro cirúrgico. Tem 10 meses que inaugurou uma nova emergência do hospital. Pelo amor de Deus! Faltou o quê, deputada Fabíola? Faltou planejamento de gestão. Estamos trabalhando aqui com fatos. Agora, diz que vai transferir o centro cirúrgico. Imaginem, nunca vi isso na minha vida. Um hospital que não teve nenhuma calamidade. O centro cirúrgico de um hospital geral – imaginem toda aquela unidade hospitalar - teve um pedacinho cortado e o secretário diz assim: “Vocês vão aqui para o lado.” Ele disse que vai transferir as cirurgias para o Otávio Mangabeira. A pessoa vai fazer a cirurgia e, depois, seu leito de recuperação será no hospital do lado. Como esse paciente vai ser transferido?

Quantas ambulâncias vão ser necessárias? O paciente convalescendo e será colocado numa maca e levado pelo meio da rua de um hospital para o outro ou transferido numa ambulância.

Pelo amor de Deus! Não quero crer que exista algum deputado ou deputada que possa conceber fazer uma cirurgia em um hospital e ser transferido para outro. Isso é falta de gestão, isso é falta de planejamento. A calamidade que está naquele hospital foi pela ausência do Poder Público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Euclides Fernandes e pelo tempo de 6 minutos o deputado Zó.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Euclides Fernandes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Agradeço a vice-Líder da Bancada da Maioria e do Governo, deputada Fabíola Mansur, pela oportunidade que me dá para fazer este pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de vir à tribuna para registrar a visita que o governador Rui Costa fez à região de Jequié, à cidade de Jequié, quarta-feira passada, dia 15. Ele foi entregar obras, assinar ordens de serviço e acompanhar o andamento de obras importantes que vão beneficiar não só Jequié, mas toda microrregião que tem nossa Jequié como cidade polo. Além disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa política intensiva que faz o governador Rui Costa no sentido da segurança pública do Estado da Bahia. Na oportunidade, o governador fez a entrega de várias viaturas da Polícia Civil a vários municípios da região e, também, uma base comunitária móvel para o 19º Batalhão da Polícia Militar, que vai atender às necessidades de toda a jurisdição que compete a esse batalhão. Então, foram entregues viaturas da Polícia Civil para Wenceslau Guimarães, Gandu, Itamari, Jitaúna, Poções e outros municípios.

Na oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o governador assinou uma ordem de serviço para a construção de um novo prédio que vai abrigar o SAC, Serviço de Atendimento ao Cidadão, órgão também de natureza regional. Na oportunidade, visitou o andamento da importante obra que tem sido a linha de frente do governo Jaques Wagner, que é a saúde, a descentralização para um atendimento mais rápido, mais ágil e mais eficiente da saúde pública para aqueles que têm necessidade do acesso à saúde prestada pelo poder público estadual. Ele visitou, Sr. Presidente, a construção da policlínica que está bem adiantada, com previsão de inauguração no segundo semestre. A Policlínica é um equipamento que vai construir o consórcio de saúde do Vale do Jiquiriçá e do Médio Rio de Contas, juntamente com o

Hospital Prado Valadares, o Hospital de Ipiaú e o Hospital de Jaguaquara. O governador, pessoalmente, pela terceira vez, fiscaliza, acompanha a execução da obra da policlínica.

E também, Sr. Presidente, além disso, visitou o Hospital Prado Valadares. Para aqueles que tanto criticam a saúde na Bahia, estamos colocando o consórcio de saúde que será implantado em todas as regiões do Estado, facilitando o acesso às pessoas de pequeno poder aquisitivo a chegarem lá e terem um atendimento de exames de alta complexidade. E também anunciou mais obras, mais benefícios para Jequié e para a região, a exemplo da construção do prédio que vai abrigar o Colégio Militar, e é muito importante também o colégio que está lá, conhecido e de boa qualidade, com uma procura muito grande, sendo necessário também essa providência.

Sr. Presidente, foram muito importantes essas ações do governador Rui Costa, levando a melhoria da qualidade de vida ao povo da nossa região de Jequié, e levando também, com certeza, o desenvolvimento econômico, social, de Jequié e região. Assumiu também o compromisso de asfaltar as vias da Sudic que estão precisando dessa providência.

O nosso governador contou com a presença de quase todos os prefeitos da região, presidentes de câmaras, vereadores... foi um momento bonito, de reconhecimento do povo da região do Sudoeste ao trabalho desse excelente governador, que é o governador Rui Costa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Zó, de Juazeiro, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, quero trazer um assunto que até certo ponto já virou rotina para nós, em Juazeiro, e uma boa rotina. Pelo quarto ano consecutivo, ficamos entre as 3 cidades que mais geram emprego, segundo saldo do Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Ficamos em 2º lugar no ano passado, atrás de Franca, em São Paulo. Tenho aqui uma lista onde Petrolina se encontra em 6º lugar, e Juazeiro, em 2º. Em 2016, ficamos em 2º lugar, atrás de Três Lagoas, em Minas Gerais.

Quando nós ganhamos a Prefeitura em Juazeiro, em 2008, meu querido Euclides Fernandes – que é praticamente o meu padrinho aqui nesta Assembleia, porque, se não fosse ele, eu não teria a força de ser presidente de uma Comissão –, fui até subestimado quanto à minha capacidade de conduzir aquela Comissão. Mas está tudo bem lá. Nós encontramos aquela cidade com o parecer do Tribunal de Contas de que era uma cidade inadministrável por conta do endividamento.

Em 2013, o prefeito Isaac zerou esse endividamento, equilibrou as contas... zerou o endividamento, não, ele equilibrou as contas, porque a dívida está sendo paga, e nós estamos nos destacando há anos consecutivos em diversos setores. Na educação, fizemos 19 creches, pelo Proinfância, naquela cidade quente, com

temperaturas que batem 40 graus no verão; climatizamos 132 escolas nos 8 anos de gestão do prefeito, 98 escolas com ar-condicionado. Todos os alunos têm a sua mochila, o seu estojo e os seus cadernos dados pelo Município.

Levamos água tratada para 7 mil moradores em suas residências no interior. Na CEBE, nós regularizamos o abastecimento de água, que, apesar estar com o bombeamento na margem do nosso querido rio São Francisco, o nosso querido Velho Chico, tinha problemas graves. São coisas como intervenção urbana e investimentos na área de saúde que fizeram com que Juazeiro ficasse, pelo 4º ano consecutivo, entre as três cidades que mais geram emprego no País, graças às parcerias públicas e privadas que fizemos e aos investimentos dos empresários, principalmente no agronegócio, na agricultura familiar, na pecuária de pequeno porte de caprinos e ovinos.

Nós discutimos essas ações importantes hoje na Comissão da Agricultura, que foi presidida pelo seu vice-presidente, o deputado Fábio Souto. Discutimos ações importantes sobre a GTA, sobre o balcão da Conab, sobre o milho e ações, inclusive, dos quintais produtivos que a gente abre com o nosso programa “Palmas para Juazeiro”, que abre o poço para fazer a irrigação para o plantio de palma no sertão, que chove bastante.

Quero mandar os meus parabéns para toda a gestão do prefeito Isaac, que permaneceu por 8 anos na cidade que agora está sendo gerida por um conterrâneo de Euclides Fernandes – vou citar de novo aqui –, o nosso querido Paulo Bomfim, e que está sendo homenageada pela escola Grande Rio, no Rio de Janeiro, através do enredo que homenageia Ivete Sangalo. A homenagem vai citar a nossa querida Juazeiro no Carnaval do Rio, inclusive o prefeito está convidado a desfilar lá, e nós iremos levar o sucesso, tanto na cultura quanto no esporte, economia e gestão da nossa querida cidade.

Naturalmente, minha querida deputada, o que acontece lá é que, quando se cita esses números do Caged, querem contestar os dados, mas esses dados não são contestáveis, são dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Esses dados nos dão a alegria de que, com toda a dificuldade dos 6 anos de seca, nós fizemos uma grande parceria com o presidente Lula, com a presidenta Dilma, com o governador Jacques Wagner e estamos fazendo com o governador Rui Costa. Inclusive, estamos trabalhando para fazer uma audiência com ele, pois temos grandes demandas e estamos precisando de uma resposta do secretário Josias – que dia vai ser essa audiência? –, pois temos mais coisas para construir em Juazeiro.

Eu, os deputados Roberto Carlos, Daniel Almeida, deputados de outros partidos, Zé Carlos Araújo, deputados do PT, do PR, dos partidos aliados que têm nos ajudado e os senadores Otto Alencar, Lídice da Mata, Pinheiro... essas forças políticas que estão fazendo com que essa cidade bonita e histórica se desenvolva e que a gente tenha a cada dia mais orgulho.

Nós somos, nessa lista de 2015, a segunda cidade que gerou mais emprego no Brasil e a primeira do Nordeste. E, em 2016, somos novamente a segunda cidade em geração de emprego, atrás de uma cidade de Minas Gerais e a primeira do Nordeste.

Que sirva de exemplo a gestão do prefeito Isaac para os outros gestores, para que as cidades possam gerar empregos e possam dar dignidade aos seus cidadãos.

Parabéns, Isaac! Parabéns, Juazeiro! Parabéns ao nosso prefeito Paulo Bomfim! Estamos juntos para continuar trabalhando por nossa terra querida. Um grande abraço. Viva Juazeiro! Viva o Sertão!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Nobre presidente, deputado Fabrício Falcão, falará pelo tempo de 6 minutos a nossa presidente da Comissão das Mulheres, Luiza Maia, e pelo tempo de 5 minutos o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia, grande amiga querida de Camaçari, pelo tempo de até 6 minutos e nem 1 segundo a mais.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa... Presidente, peça para eles falarem um pouquinho mais baixo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Srs. Deputados, por favor, há uma colega deputada usando a tribuna. Por favor. Pode continuar, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu aqui desta tribuna, Sr. Presidente, quero registrar uma situação, um fato ocorrido recentemente na televisão, que é a propaganda do governo federal sobre a questão da reforma da Previdência. Todo mundo sabe que propaganda enganosa é crime. O que o governo federal tem feito com a população brasileira é um verdadeiro absurdo.

Propaganda mentirosa, bem elaborada, benfeita, traduzida por uma moça muito simpática, muito bonita. Era preciso que se tomassem providências. Como nós não temos o poder de legislar ou fazer qualquer ação contra o nosso Congresso, já...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me concede um aparte, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) tínhamos solicitado aos deputados da Bahia, que... graças a Deus, antes deles tomarem as providências, a liderança do Partido dos Trabalhadores em Brasília já entrou com ação para impedir que o governo federal continue mentindo para o povo brasileiro sobre a reforma da Previdência.

Não tem cabimento o que eles querem fazer com o povo brasileiro, com os direitos dos aposentados, com os direitos dos trabalhadores. Isso não cabe mais no nosso País. Desmoralizar a Previdência Social para fortalecer a previdência privada, para dar dinheiro ao capital financeiro, aos banqueiros. Isso também não cabe.

O povo brasileiro tem que ficar atento. O povo brasileiro não pode aceitar o absurdo que o governo federal tem feito, dentre todas as outras coisas que já foram ditas aqui pelo deputado Joseildo...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me concede um aparte, deputada?

A Srª LUIZA MAIA:- Deputado, calma. Eu preciso terminar o meu raciocínio. Não adianta...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Estou aguardando, porque eu quero adentrar a esse pronunciamento de V.Exª.

A Srª LUIZA MAIA:- Deixe, deixe. Se der tempo, eu te dou. Vou continuar. Eles fazem isso para perturbar, mas o presidente vai me deixar falar no meu tempo certo.

Então, eu estava dizendo que é um ataque essa PEC 387, que já tem parecer favorável, inclusive, da Comissão de Constituição e Justiça e precisa ser barrada no Congresso Nacional. E para que isso aconteça, o povo brasileiro precisa estar mobilizado. Acho que esta Casa não pode se omitir diante do absurdo que está sendo fabricado e construído em Brasília contra os direitos dos trabalhadores. E não é só a reforma da Previdência Social.

O Sr. Leur Lomanto:- E o aparte, deputada?

A Srª LUIZA MAIA:- A reforma trabalhista também vem nesse sentido:...

O Sr. Leur Lomanto:- Um aparte, deputada?

A Srª LUIZA MAIA:- (...) retirar direitos dos trabalhadores – Se acalme! – e direitos dos aposentados. E nós não podemos ficar calados nem omissos, de braços cruzados, diante dessa situação. É realmente uma situação muito ruim.

O Sr. Leur Lomanto:- V.Exª me concede um aparte, deputada?

A Srª LUIZA MAIA:- Você vê que eles com a questão dos militares, que tem uma certa especificidade, não consideraram inclusive a especificidade das mulheres, que não podem ser colocadas daquela forma nessa reforma da Previdência. Trabalhamos mais do que os homens, ganhamos menos que eles e não podemos ser tratadas dessa forma. Mas acho que a questão não é relacionada apenas às mulheres, é também relacionada ao povo brasileiro de um modo geral. Porque igualar idade, retirar direitos conquistados durante tanto tempo pra poder fortalecer a iniciativa privada, a previdência privada, isso são coisas que não se pode tolerar. Os objetivos dessa reforma são realmente condenáveis, e o povo brasileiro precisa reagir.

Nesse sentido, quero fazer um apelo a esta Casa e ao povo baiano, que nos ajudem nesse debate, se mobilizando. Tem um site em Brasília criado para que a população possa mandar o seu recado, pra que realmente impeça que essa reforma seja concretizada a toque de caixa como eles querem fazer.

Quero também, Sr. Presidente, nesse momento aqui, fazer um registro de repúdio: os componentes da Banda New Hit que estupraram duas jovens em Ruy Barbosa estão hoje fazendo parte da banda do vereador eleito recentemente Igor Kannário, que também tem uma série de complicações em sua vida e que não pode, nesse momento, dar abrigo a pessoas condenadas por um crime hediondo, como são os componentes da Banda New Hit. E, no entanto, eles estão lá.

Acho que o vereador, compositor e cantor Igor Kannário precisa repensar essa situação. A justiça baiana também precisa repensar essa situação, porque são essas práticas que legitimam crimes, como o de estupro. E agora a gente vê aí condenados a

11 anos e 8 meses de cadeia respondendo em liberdade, nessa situação em que está.

Para terminar a minha fala, Sr. Presidente, nesses minutinhos, quero convocar aqui e avisar aos membros da Comissão de Direitos da Mulher que, amanhã, às 11h, realizaremos a nossa primeira reunião depois da instalação. Trataremos da questão da exigência do cumprimento da Lei Antibaixaria durante o Carnaval. E também pensar em um planejamento para o nosso trabalho que é muito grave, é muito sério. A questão da pauta recessiva e a pauta do retrocesso nas questões dos direitos da mulher estão em evidência e queremos fazer com que essa comissão dê continuidade ao trabalho que a ex-presidente, deputada Fabíola Mansur, iniciou.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, mais uma vez quero ter a honra de convidar V.Ex^{as} da Oposição, do Governo, todos os meus colegas, os pares desta Casa e a Mesa Diretora para comparecerem ao Espíritoal, uma espécie de Carnaval que a Fundação Dr. Jesus faz há 7 anos. Esse será o oitavo ano, visando não facilitar para os 1.232 usuários de drogas em tratamento, internados naquela instituição 24 horas, que moram lá comigo, minha esposa e meus filhos e que podem ser visitados a qualquer hora do dia ou da noite, sem precisar nos informar.

Esse trabalho nosso é mantido para não permitir ou dificultar que esses jovens, homens e mulheres, traquinos das drogas, assim chamados por minha pessoa, nesse momento da festa momesca, causem danos ou sofram danos. Então é algo que faço com a criação dentro da nossa instituição, buscando diminuir a violência durante o período momesco, bem como nas festas juninas, quando eles também saem para ir a diversos locais onde têm junção de pessoas fazendo suas festas.

Quero continuar dizendo que não temos nenhum recurso para isso. Isso são festas de criatividade, com minha esposa e meus filhos. Eu, folcloricamente participando, fazendo inclusive músicas para o próprio Espíritoal.

Quero dizer a V.Ex^{as} que a imprensa que tentou fazer essa injúria, os canalhas que informaram ao setor da imprensa... A imprensa é muito importante, porque sem a imprensa não teríamos uma democracia consolidada ou ainda se consolidando em nosso País. Mas alguns setores da imprensa precisam tomar cuidado com seus informantes. Convido o órgão da imprensa que fez a publicação para fazer como outros jornalistas, radialistas, como Raimundo Varela, que às vezes me depreciava, depreciava o nosso trabalho também por ouvir dizer e depois nos visitou, mudou sua consciência e, ao contrário de nos depreciar e nos criticar, viu que precisamos de ajuda.

Até porque só sabe o que são as drogas, a miséria, os danos, os prejuízos, os crimes quem tem dependente químico ou alcoólatra na família. Esse é quem sabe o sofrimento de uma família ou da sociedade.

Temos aqui deputados como Rosemberg Pinto, o pastor José de Arimatéia e a própria deputada Luiza Maia que já nos honraram com sua visita em um dos estabelecimentos. São três prédios na beira da BR. Do outro lado, nós temos mais 36 apartamentos, um sítio onde era a nossa residência, e temos o Hotel Fazenda Alto do Ipê, com 16 casas e 70 apartamentos, que foi ocupado há 9 anos por minha pessoa e hoje já foi doado oficialmente pelo governo do Estado. Aquilo não é obra de partido, de PT, do governo Rui, do governo Wagner. Aquilo é obra do Estado, é um projeto do Estado.

Peço aos colegas de Oposição e aos colegas do Governo, por uma questão de justiça, que façam comissões e nos visitem. Deputado Sandro Régis, que é um deputado jovem, com um futuro promissor, já me prometeu uma visita; Leur Lomanto Júnior também; assim como o deputado Fábio Souto; Bruno Reis também prometeu nos visitar e tantos outros. Receberei V.Ex^{as} como recebo ministros do governo federal que nos visitam, autoridades federais, desembargadores e o Ministério Público, que toda hora nos visita.

Então, peço a esta Casa e aos órgãos de imprensa que nos visitem, vão *in locu* comparar o nosso trabalho, para tomar conhecimento. Inclusive, desde julho do ano passado estávamos sem a parcela do governo do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Parece-me que só esta semana botaram um pedaço da parcela.

Portanto, injusto é o convênio que temos para 530 pessoas e termos 1.232 pessoas dentro de casa. Em vez de críticas, precisamos de sugestões e ajuda.

Muito obrigado.

Que Deus continue a abençoar este Parlamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Eu gostaria de indicar para falar no tempo do Bloco DEM/PV o deputado Sidelvan Nóbrega, por 4 minutos, o deputado Pablo Barrozo, por 4 minutos, e o deputado Leur Lomanto Júnior, por 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra, o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 4 minutos. Depois, o deputado Pablo Barrozo e o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, fiquei estarecido, deputado Fábio Souto, com o pronunciamento da nobre colega deputada do PT, que disse que o governo federal faz propaganda enganosa. Eu pergunto a ela: em que estado V.Ex^a está? Em que estado V.Ex^a está assistindo à televisão? Porque propaganda enganosa é o que o PT faz com o nosso Estado: diz

que, na propaganda, a nossa Bahia é uma Bahia maravilhosa, é uma Bahia onde tudo vai bem, mas, na realidade, no dia a dia, deputada, tudo vai mal. Por isso, acho que V.Ex^a não está assistindo à propaganda do seu governo no Estado da Bahia.

Eu também quero falar sobre esse projeto de lei que vamos aprovar hoje. Esse projeto que cria o Funpen, deputado Joseildo Ramos, o governo do PT ficou 8 anos com o governador Jaques Wagner, mais 2 anos com o governador Rui Costa e nunca criou esse fundo. No ano passado, quando o governo federal resolveu abrir os cofres para ampliar e fazer com que os presídios fossem equipados, é que o governo chamou os seus técnicos, de última hora, para criar o Funpen. Esse dinheiro já era para estar nos cofres públicos, deputada - o valor de 44 milhões e 800 mil -, que o governo teve de fazer um trabalho de última hora para poder aprovar esse fundo nesta Casa.

Diga-se de passagem, quero parabenizar o Líder da Oposição, deputado Leur Lomanto Júnior, que foi sensível e dispensou todas as formalidades para que o povo baiano e a comunidade carcerária não viessem sofrer os danos por causa da inércia do governo do Estado. Aproveitando essa oportunidade de que o governo do Estado receberá o valor de 44 milhões, deputado Rosemberg Pinto, esse deputado indica ao secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado, Nestor Duarte, para que instale nos presídios um equipamento simples, que o orador que esteve nesta tribuna queria imputar seu custo para as operadoras de telefonia, e o STF disse que era inconstitucional. Por isso, Sr. Presidente, nós estamos indicando para que o governo do Estado possa instalar os *jammers*, que é um aparelho que bloqueia o sinal telefônico nas áreas delimitadas apenas do presídio

Quero falar, também, deputada, que nós apresentamos hoje uma indicação de minha autoria, para que seja obrigatório – viu, deputada, da Comissão das Mulheres? – vagões exclusivos no sistema de transporte metroviário de Salvador.

Com a tolerância de sempre, o presidente me deixará falar.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Concluirei, Sr. Presidente. Com essa ideia não quero segregar ou passar falsa sensação de proteção, mas fomentar a política de respeito e valorização das mulheres. Espero que esta Casa aprove essa indicação, e o governador do Estado passa a implementar isso. Sei que o meu presidente da CCJ aprovará.

Muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra, o nobre deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Presidente, caros colegas deputados e deputadas, baianos que nos assistem através da *TV Assembleia*, venho aqui, nesta tarde, para, mais uma vez, junto com meus colegas, que não votaram a favor dessa lei votada no ano passado, nesta Casa, deputado Hildécio, em que o governador aproveitou a oportunidade para aumentar, majorar o preço do GTA – Guia de Transporte de

Animais – fazendo com que o pequeno e o médio pecuarista tivesse um aumento de quase 100% no preço desta taxa que está sendo cobrada.

O nosso Estado, deputado Manassés, passará a ter o maior preço de GTA de todos os Estados do Brasil. O governador demonstra sua insensibilidade, sua falta de boa vontade para com o povo baiano, preocupado em cobrir o rombo de anos de desorganização e falta de planejamento das finanças do Estado, faz todos os absurdos que podem ser feitos com a população baiana, e ainda espera que nós, nesta Casa, possamos deixar isso passar em branco.

Gostaria de vir aqui para bater palmas para o Governo, mas, infelizmente, deputado Sidelvan Nóbrega, como diz a deputada Luiza Maia: propaganda enganosa é crime. Ou seja, a ponte Salvador-Itaparica é um crime, a FIOCRUZ é um crime, o metrô, com recursos do governo federal... Vi tantos deputados virem à tribuna hoje para reclamar do governo federal, e o metrô que aparece na propaganda do governo do Estado como se fosse dele, é com recursos federais.

Propaganda enganosa é crime, mas maior crime é a falta de sensibilidade para com o povo baiano que, no momento de crise com a seca... Nós andamos pelo interior, e vejam só a responsabilidade que temos quando o governador do Estado manda um projeto de lei para cá. V.Ex^{as}, deputados, no ano de 2018, ano que vem, terão de pedir votos, e no palanque, enquanto quem votou contra poderá dizer que não votou pelo aumento, quem votou favorável não vai poder, e não terá discurso para defender. O momento de defender a população baiana é este, quando estamos aqui exercendo o nosso mandato.

É um crime esse aumento de quase 100% do GTA, e o governador, mais uma vez, repito, demonstra sua insensibilidade. O sertanejo, num momento de crise, com desemprego, tem de pagar a maior taxa do Brasil.

Gostaria de chamar a atenção da imprensa, que tem a responsabilidade de informar as pessoas. O Governo da propaganda tem que ter limites, e infelizmente o governador pouco faz pela população do nosso Estado.

Volto aqui para demonstrar esse meu repúdio. Governador, nós estaremos atentos. Não passará em branco esse aumento abusivo que V.Ex^a concedeu.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Aparte concedido ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Gostaria de fazer uma correção. Quando foi dito pelo deputado Alex Lima, companheiro de quem gosto muito, que esta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan, o tempo está excedido.

O Sr. Alan Sanches:- Só para concluir, Sr. Presidente, o deputado Alex se equivocou quando disse que esta Casa errou. Nós, não, nós votamos contra o aumento das taxas! É preciso lembrar disso. Não foi a Casa, foi a Bancada do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PABLO BARROZO:- Agradeço o aparte do nobre deputado Alan Sanches. Agradeço ao presidente e finalizo o meu discurso, pedindo um pouquinho de

sensibilidade ao governo, porque 90 dias... É como pegar o paciente que está com câncer (...)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, o tempo de V.Ex^a já acabou.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) e dizer: Você vai sobreviver por mais 90 dias, depois você morrerá!

(Não foi revisto pelo orador, nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, o nobre Líder do Governo ou da Maioria, o nobre Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará por 3 minutos o deputado Alex Lima, por 3 minutos o deputado Alex da Piatã e por 6 minutos o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, ainda estão faltando 3 minutos do nosso tempo para o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É! Ainda está faltando Leur Lomanto Júnior falar.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Peço desculpas, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de até 3 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ouvi aqui também, atentamente, o discurso do deputado Joseildo Ramos...

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, marque o tempo!

O Sr. Luciano Ribeiro:- O tempo!

O Sr. Paulo Rangel:- Já começou a marcar.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Ele insiste em não reconhecer os avanços trazidos pelo governo Michel Temer para a Bahia. Quero deixar bem claro que o presidente reformista, Michel Temer, terá a oportunidade de deixar o seu nome marcado na história deste País.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Já deixou, deputado, como o pior presidente!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Não tenham dúvida...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Srs. Parlamentares, há um orador na tribuna.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- V.Ex^{as} não tenham a menor dúvida de que, ao chegar ao final de 2018, V.Ex^{as} reconhecerão isso.

Por mais que não queiram reconhecer, por exemplo, os recursos do BRT, que estavam aí travados pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff... Será um investimento de cerca de R\$ 800 milhões, que estavam aí completamente travados, presidente Sandro Régis, e bastou que o presidente Michel Temer assumisse – e aí temos de fazer justiça ao trabalho realizado pelo ex-ministro Geddel Vieira Lima, que

foi o responsável por fazer a interlocução com o presidente Michel Temer – para liberar, de imediato, cerca de R\$ 400 milhões, para que esse projeto do BRT seja iniciado ainda no começo deste ano. Sem sombra de dúvidas é um ganho importante para a mobilidade urbana da cidade de Salvador.

Ora, temos de reconhecer, por exemplo, esse projeto que é o metrô de Salvador, que o governo do Estado anda espalhando em cada canto, em cada recanto do nosso Estado como se pai fosse dele, e não é.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pelo tamanho do filho o pai deve ser ACM Neto!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Ora, ora, não venham aqui, insistentemente, querer dizer que o metrô de Salvador...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente! Sr. Presidente, queira garantir a palavra ao orador na tribuna!

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Há um orador na tribuna!

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Não tem recurso do governo do Estado, Sr^{as} e Srs. Parlamentares! Os recursos são oriundos de empréstimos da concessionária junto ao BNDES. São recursos do governo federal! Agora, aí, sim, tenho de reconhecer eu mesmo uma coisa, deputado que ora preside esta sessão, Sandro Régis: se o governo é bom em alguma coisa é em enganar e mentir para a população.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Utilizando o que ele mais tem recursos financeiros!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que restabeleça o tempo do deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Leur Lomanto Júnior, V.Ex^a tem mais um minuto para falar, em decorrência...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pode falar mais 10!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Vocês não estão deixando o deputado falar! Vocês não estão deixando o deputado falar!

O Sr. Joseildo Ramos:- Pode falar mais!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pode falar mais 10, mais cinco!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a tem mais um minuto, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Utilizando recurso financeiro para investir, deputado Luciano Ribeiro, em publicidade e propaganda! Quem não se lembra aqui daqueles *outdoors* – não era um *outdoor* só, eram 3 colocados um do lado do outro – que tinham até a chaminé do trenzinho da ferrovia Oeste-Leste, só faltava o *outdoor* jogar fumaça para cima, e até hoje não há ferrovia alguma no Estado da Bahia.

Quem não se lembra das promessas insistentes da ponte...

(O deputado Rosemberg Pinto fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Rosemberg, há um orador na tribuna!

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Assim eu não tenho condição de fazer uso da palavra.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, V.Ex^a tem razão. O deputado Leur Lomanto respeita a fala de todo mundo aqui, na Casa, e isso não pode acontecer. Já basta o que aconteceu ontem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois é. Quando V.Ex^{as} estiverem falando, também vou exigir respeito.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, é preciso garantir a fala do deputado, e não a estão garantindo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Luciano, estou presidindo a sessão e sei como lidar.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

É que a verdade dói, dói no coró e no lombo dos petistas que não conseguem entender que o que estou dizendo aqui é a mais pura verdade, deputado Rosemberg.

Cadê a ponte Salvador-Itaparica?

(O deputado Joseildo Ramos fala fora do microfone.)

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Vem aí, é o que eles respondem, meus amigos e minhas amigas que nos estão escutando e vendo através da *TV Assembleia*.

No jornal *Bahia Negócios*, em 2013, diziam que a ponte Salvador-Itaparica seria inaugurada naquele ano. Estamos em 2017 e a resposta dos petistas é: a ponte vem aí.

Ora, vamos falar sério, deputado Joseildo! Quem está enganando a população da Bahia há mais de 10 anos é o governo do PT com promessas mentirosas, como o Porto Sul e a ponte Salvador-Itaparica.

Agora, fazendo o que eles mais sabem, que é vender inverdades à população baiana, através de publicidades milionárias, tentam enganar dizendo que, no caso do metrô, o pai da criança é o governo do Estado. É querer fazer festa com o chapéu alheio. E nós não vamos admitir. Se o metrô está aí é porque está tendo a atenção do governo federal desde o início. E o presidente Michel Temer não tem medido esforços para que se dê continuidade a essa obra importante de mobilidade urbana do governo do Estado.

Então, vamos deixar a verdade como ela é. Em que o PT é bom é em fazer falsas promessas e mentir para a população baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao Líder do Governo

e da Maioria para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarão o deputado Alex Lima, por 3 minutos; o deputado Alex da Piatã, por 3 minutos; e o deputado Zé Raimundo, por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao deputado Alex Lima, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Espero que V.Ex^a tenha comigo a mesma tolerância que teve com o deputado Leur Lomanto.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com certeza a Bancada da Oposição irá respeitar a V.Ex^a na tribuna.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, retornei a esta tribuna para tratar do aumento do GTA. Mas mudarei o tema do meu pronunciamento por discordar completamente do pronunciamento do deputado Leur Lomanto.

Tenho o maior respeito e a maior admiração pelo deputado Leur Lomanto, mas não sei como ele ainda tem a coragem de vir a esta tribuna e defender um governo ilegítimo, golpista, que não respeitou a vontade soberana das urnas.

Parece, deputado Sandro Régis, que a reunião a portas fechadas no Palácio Tomé de Souza com um ministro de Estado, e não com um ministro de um partido, já surtiu efeito.

Saiu na imprensa ontem que o discurso orientado pelo prefeito de Salvador era justamente esse, de que se combatesse as realizações do governo do Estado, projetos pensados no governo Lula e Dilma, governos eleitos pela grande maioria da população brasileira e executados depois que o governo do Estado assumiu o controle da gestão do metrô de Salvador...

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado Alex Lima?

O Sr. ALEX LIMA:- V.Ex^a está inscrito.

(...) que era motivo, V.Ex^a sabe muito bem disso, de brincadeiras e zombarias porque era um metrô calça-curta, um metrô que levava o nada a lugar nenhum. Somente quando o Governo do Estado da Bahia assumiu esse projeto importante para a nossa capital e para o nosso Estado o metrô, de fato, saiu do papel.

Então, eu queria trazer esse debate aqui, deputado Leur Lomanto, porque eu tenho certeza que V.Ex^{as} não terão a coragem de, no ano que vem, citar ao menos o nome desse Sr. Michel Temer. Mas gostaria muito de que a Oposição nesta Casa e em nosso Estado pudesse participar do processo eleitoral de 2018 tendo estampado em cada candidatura o rosto e o legado triste para o povo brasileiro como será o legado desse governo golpista do Sr. Michel Temer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Alex da Piatã, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu vou substituir o deputado Alex da Piatã pelo deputado Marcelo Nilo, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Marcelo Nilo, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu já vi de tudo nesta Casa, porém nunca imaginei que meu querido amigo, grande deputado, Líder da Oposição, Leur Lomanto Júnior tivesse a coragem de defender o governo de Michel Temer.

Deputado, o homem está com 91% de ruim e péssimo. Ele não teve um único voto para ser presidente da República.

(Vários deputados falam fora do microfone.)

O Sr. MARCELO NILO:- Eu votei na presidenta...

Deputado Sandro Régis, assegure o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu já solicitei que assegurem o tempo de V.Ex^a.

O Sr. MARCELO NILO:- Deputado Leur Lomanto Júnior, o PMDB é o partido que adora ser presidente da República sem ter um único voto. Itamar Franco, sem um voto; Sarney, sem um voto; Temer, sem um voto. E, agora, é o único presidente na história do Brasil, depois de Collor, que foi citado 41 vezes por diversos delatores. Presidente da República tem que estar acima de qualquer suspeita, deputado. Eu fico até feliz quando vejo V.Ex^a, Líder da Oposição, defender um governo indefensável. É muita coragem!

Todos os índices econômicos estão piorando. Além de V.Ex^a, a única coisa que está melhorando é a inflação, mas é por falta de consumo.

O Sr. MARCELO NILO:- Eu não consigo falar, deputado, não consigo manter o meu raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Assegurem os 3 minutos para o deputado Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a diz que a Oposição é educada, mas não está deixando que eu raciocine.

Imaginemos que o único índice que está melhorando é o da inflação, mas é por falta de consumo, porque o povo não tem dinheiro para comprar.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Eu só tenho 3 minutos, deputado. Fale depois de mim.

Imaginem a saudade que eu tinha desta tribuna. Eu estava com tanta saudade desta tribuna que vou falar, no mínimo, 5 vezes por dia.

Não há acordo, aqui, para que eu não discuta o projeto. A discussão é salutar.

Eu concordo com o deputado Fábio Souto e o deputado Alex Lima em nós fazermos uma solicitação ao governador Rui Costa para baixar a taxa, que passou de R\$ 2,40 para R\$ 4,00. Não é isso? Pode até aumentar, mas dentro da inflação.

Eu nunca imaginei na vida que alguém tivesse a coragem de aqui defender Michel Temer.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Eu só tenho 3 minutos, deputado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Eu quero continuar defendendo, Sr. Presidente.

O Sr. MARCELO NILO:- Eu só tenho 3 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Eu sei que o intuito de V.Exª...

O Sr. MARCELO NILO:- Se o deputado Luciano Ribeiro permitir, porque ele me pediu... Posso dar ao deputado Leur Lomanto o aparte? Veja, ele não permite. Você imagine que o liderado não permite que o Líder fale.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Porque não pode dar o tempo a mim...

O Sr. MARCELO NILO:- Deputado, pedi autorização.

Deputado Sandro Régis, eu já vi de tudo aqui, nesta Casa. Agora, liderado não seguir o Líder, com 8 dias de posse, eu nunca tinha visto, não. Eu já tinha visto, aqui, o deputado Targino Machado dizer que não segue a liderança...

(O deputado Luciano Ribeiro se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, Sandro Régis, há um orador.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Exª está tumultuando a sessão, deputado Alex Lima, por favor. Há um orador na tribuna, deputado Alex Lima, por favor.

O Sr. MARCELO NILO:- Deputado Sandro Régis, eu pedi autorização ao meu querido amigo Luciano Ribeiro, e ele não permitiu.

Eu já vi aqui de tudo. Já vi o deputado Leur Lomanto Júnior defender Michel Temer, coisa que eu não acreditava, mas vi. Vi o deputado Luciano Ribeiro não permitir que eu concedesse o aparte a V.Exª. Já vi...

O Sr. Luciano Ribeiro:- É maltratar o Regimento...

O Sr. MARCELO NILO:- Concordo, tanto que pedi autorização.

Concluo, Sr. Presidente.

Primeiro, o seguinte: vamos fazer aqui o debate dos graves problemas do Brasil. Acho que é importante debatermos, por exemplo, essa nomeação para ministro do Supremo, debater esse aumento de R\$ 2,40 para R\$ 4,00. Devemos fazer debates aqui, nesta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, o tempo está esgotado.

O Sr. MARCELO NILO:- Concluo, Sr. Presidente.

Agora, eu diria ao meu querido amigo, deputado Leur, que – tirando as brincadeiras, para mim, é um dos deputados mais preparados, sérios, íntegros que conheci neste Parlamento e a Oposição está de parabéns por tê-lo colocado para liderar essa briosa Bancada –, infelizmente, eu só tinha 3 minutos, e estava com tanta saudade desta tribuna, depois de 10 anos, mas V.Exª terá tempo à vontade...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Mas vai faltar oportunidade.

O Sr. MARCELO NILO:- Não, ainda há tempo hoje, há projetos para a gente

discutir. O tempo é de 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, para concluir.

O Sr. MARCELO NILO:- Concluo e agradeço por sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, queria já deixar o meu nome inscrito para discutir o próximo projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um requerimento, nos termos do art. 89, parágrafo único, do Regimento Interno, para a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 120 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado professor Raimundo, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, eu iria parabenizar os municípios do Sudoeste da Bahia que estão aniversariando hoje, mas deixarei para fazer isso amanhã.

Gostaria de, rapidamente, trazer algumas considerações sobre esse tema: entrar na história, muitos entraram e muitos podem entrar. Uns pela janela, uns pela porta da frente e outras pessoas, personagens, pela porta do fundo. Temer já está na história do Brasil pela porta do fundo. Entrou de forma sorrateira, porque, fazendo parte de uma aliança, foi ele o articulador do golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff.

Mais do que isso, e pior do que isso, ele entrará para a história do Brasil, se nós, se o povo brasileiro não frear, como o presidente que está destruindo conquistas históricas dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Quando se passa pela Praça da Sé, pelo Pelourinho, estão lá as origens da Previdência, a Sociedade Protetora dos Desvalidos e o Centro Operário da Bahia, sociedade mutual do movimento operário baiano, que, antes da Lei Eloy Chaves, em 1923, esforçavam-se para, de forma solidária, socorrerem uns aos outros.

E foi a luta dos trabalhadores, a revolução de 1930... Como não pensar nos institutos que Getúlio Vargas criou, com a luta dos trabalhadores, como por exemplo o Instituto de Aposentadoria dos Bancários, que custou a vida de muitos bancários, como Mutti de Carvalho, morto em 1937, que foi lembrado durante muitos anos. Como não lembrar a luta dos comerciários, que reivindicaram de Getúlio Vargas a criação do Instituto de Aposentadoria dos Comerciários? Como não lembrar os debates, nos anos 50 e 60, para a unificação de todos os institutos, que eram de cada categoria, para criar o Instituto Nacional de Previdência Social, depois INAMPS, incluindo a saúde, e a partir de 1988 o Sistema de Seguridade Social, que ampliou o conceito dos direitos previdenciários, colocando também direito das mulheres, das

trabalhadoras rurais.

Essa construção, que foi histórica, de muitas gerações, está sendo destruída neste momento pela proposta do Temer. Claro que ele vai entrar na história, por exemplo, como o presidente que está fechando as agências do Banco do Nordeste em muito municípios do Estado da Bahia, inclusive na de Vitória da Conquista, prezado Joseildo Ramos – que é engenheiro agrônomo desse banco. No Banco do Brasil, está sendo fechada a superintendência e já fecharam duas agências. Tudo aquilo que o governo Lula fez, levando para o interior o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, as agências do INSS, o Temer está fechando e golpeando!

Ele vai, sim, entrar para a história do Brasil como aquele golpista que, na madrugada, lá em Brasília, articulou, de forma muito sutil e golpista, a retirada de uma presidenta eleita pelo voto popular. E mais do que isso, continua tramando: indica para ministro do Supremo Tribunal uma figura, no mínimo, questionável. Eu não gosto de trabalhar com a ideia de desqualificar o mundo da política, porque isso também desqualifica todos nós.

Seria importante quer o Temer e o PMDB dissessem: “Discordo desse projeto. Vou esperar as eleições de 2018 para sair um projeto de Estado e bem-estar social que inclui milhões de brasileiros na vida cultural, na vida universitária, na vida material; e, agora, vou adotar um projeto concentrador de renda, vou me aliar àquelas forças retrógradas que agora não querem que continuem”. Seria muito mais legítimo para o PMDB. Um partido que teve um papel histórico lá nos anos iniciais, sobretudo o antigo MDB, mas que traiu a sua história e se rendeu ao que de mais reacionário existe neste País, ao que pior existe neste País, que é a política que trazia anteriormente a fome, a miséria dos trabalhadores rurais e o desrespeito ao acesso aos bens materiais.

Por isso, Sr. Presidente, Temer já está e vai entrar para a história do Brasil, sim, como o presidente traidor do povo brasileiro, como o presidente que contribuiu decisivamente para que as conquistas históricas de homens e mulheres fossem... Se nós não barrarmos, e aí está minha esperança de que barremos isso com as mobilizações sociais. A partir do dia 9 de março, estaremos mobilizando o Brasil inteiro para dizer um “não” a essa proposta de Temer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação, o projeto de lei nº 22.152/2017, de procedência do Poder Executivo, que institui o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia – FUNPEN/BA, no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, e dá outras providências.

Faltam-lhe os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça;

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Direitos Humanos e Segurança Pública; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para relatar o projeto nº 22.152/2017, designo o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente,

(Lê): *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Direitos Humanos e Segurança Pública, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.152/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual 'institui o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia - FUNPEN/BA, no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP, e dá outras providências.'*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exm^o Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, instituindo o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia - FUNPEN/BA.

O Fundo será instituído no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP, e terá a finalidade de 'alocar os recursos e meios para custear a execução de programas, ações, atividades e projetos que visem a modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário do Estado', conforme define o art. 1º da proposição.

O projeto prevê ainda a administração do FUNPEN/BA por um Comitê Gestor, presidido pelo Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização e integrado ainda por um representante da Secretaria da Fazenda do Estado e por um representante da Secretaria da Administração. Caberá ainda ao Comitê Gestor 'planejar e gerir a aplicação dos recursos do Fundo, preservada a competência do Governador do Estado para aprovar o seu Plano Anual de Atuação.'

O Fundo terá entre suas receitas aquelas provenientes do FUNPEN, na forma da legislação federal, além das dotações orçamentárias próprias do Estado, das decorrentes de multas aplicadas pelos Juizes das Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais do Estado dentre outras.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Carlos Geilson, propondo alteração no art. 2º e acrescentando-lhe ainda os arts. 8º e 9º.

Com a proposta, pretende o Autor ampliar a composição do Conselho, com o acréscimo de outros seis membros, ao tempo em que disciplina a destinação dos recursos do Fundo, para, entre outras ações, a construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais, formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços penitenciários, aquisição de material permanente, equipamentos e veículos, programas de assistência jurídica, etc.

Por fim, pretende ainda a emenda estabelecer as competências do Conselho Diretor do Fundo.

Opino pela rejeição da emenda, considerando, em primeiro lugar, quanto à

ampliação do Comitê Gestor, a inconstitucionalidade em sua iniciativa, tendo em vista que a criação, estruturação e competência das Secretarias e demais órgãos da administração pública são de iniciativa privativa do Governador do Estado, em conformidade com o inciso VI do art. 77 da Constituição Estadual.

Quanto à destinação dos recursos, ocorre que, ao criar o FUNPEN o Estado se obrigará a cumprir os requisitos especificados nos incisos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 79, de 07 de janeiro de 1994, na Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016 e Portaria do Ministério da Justiça nº 1.414, de 26 de dezembro de 2016, sendo dispensável a reprodução do texto das leis ante mencionadas através da presente emenda.

Por fim, no que respeita à ampliação das competências do Comitê, a emenda apresenta inconstitucionalidade em sua iniciativa, tendo em vista que a criação, estruturação e competência das Secretarias e demais órgãos da administração pública são de iniciativa privativa do Governador do Estado em conformidade com o inciso VI do art. 77 da Constituição Estadual, ademais, a criação de um Conselho nessa proporção inviabilizaria a tomada de decisões e aplicabilidade dos recursos com a devida brevidade que o assunto requer.

Por todas as razões expostas, a emenda deve ser rejeitada.

Ante todo o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.”

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

“-É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2017.

Deputado Soldado Prisco

Relator”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das Comissões. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Para discutir o projeto, o primeiro orador inscrito, o deputado Hildécio Meireles. No bom sentido, o deputado Hildécio Meireles trocou com o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr^{as} Deputadas, quero inicialmente agradecer a todos pelo carinho desta Casa, pela recepção com o cântico de parabéns dos funcionários do gabinete, dos colegas de Bancada. Enfim, agradeço o carinho que graças a Deus recebo aqui diariamente dos funcionários, nesta convivência harmoniosa.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, acho que nada é melhor do que comemorar o nosso aniversário trabalhando e agradecendo a Deus pelo dom da vida e da saúde.

Ouvimos há pouco o relator, nobre deputado Prisco, emitir o parecer ao projeto que cria o Fundo Penitenciário. Do meu ponto de vista, esta proposição precisa ser mais detalhada, já que ela não diz como o dinheiro será gerido. Por isso, apresentamos emendas, mas, infelizmente, o nosso relator as rejeitou. Claro que assim procedeu com a orientação da base governista.

Apresentamos uma emenda ao projeto que institui o Fundo Penitenciário no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, Seap. Objetivo dessa emenda: acrescentar e especificar os artigos do projeto.

Os artigos apresentados, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aduzem à composição do comitê gestor, uma vez que na proposta original desse projeto de lei sua composição é restrita a apenas 3 componentes – prestem atenção – para administrar a verba destinada ao Fundo. Por isso, se faz necessário ampliar a sua composição objetivando atender os diversos setores.

Foi isso que fizemos. Entendendo que esse Fundo precisa de mais gente, apresentamos uma emenda propondo que, além do secretário de Administração Penitenciária, de um representante da Secretaria da Fazenda, Sefaz, e de um representante da Secretaria da Administração, Saeb, que já estão no projeto original, sejam acrescentados representantes das Secretarias de Defesa Social, do Planejamento, de Desenvolvimento Social, do Conselho de Criminologia e Política Social, do Sindicato dos Agentes Penitenciários e da Defensoria Pública Estadual. Infelizmente, essa emenda não foi acatada.

Qual é o nosso interesse e a nossa visão? Que esse Fundo seja melhor administrado, que tenha mais cabeças pensando. E olhem que não estamos trazendo ninguém de fora, basicamente são pessoas que têm cargos no governo do Estado, acrescentado à composição um membro do Sindicato dos Agentes Penitenciários e outro da Defensoria Pública. Infelizmente, essa emenda não foi acatada. Lamento profundamente.

Em relação à competência atribuída ao Comitê, delimitando as suas atribuições, nós também procuramos apresentar emenda ao comitê, delimitando as suas atribuições. Nós também procuramos apresentar emenda desenvolvendo as atividades de cada um. Mais uma vez, eu digo: o governo não dá nem atenção, rejeita a emenda e joga na lata do lixo. Nós tivemos o objetivo apenas de enriquecer, melhorar e democratizar o projeto.

Por fim, ainda apresentamos a emenda que tem como intuito propor os destinos dos recursos do Fundo. O direcionamento recai na estrutura do sistema penitenciário diante da precariedade do sistema carcerário. Além do atendimento ao preso, buscando uma ressocialização mais eficaz, a alternatividade das penas, sua produção e o desenvolvimento no presídio. E, como inovação, um olhar para as vítimas dos delitos e crimes hediondos e de violência doméstica, buscando, dessa forma, um amparo aos excluídos do sistema penitenciário.

Nós procuramos também incluir as vítimas nesse projeto. Esse projeto está fechado apenas aos presos, apenas aos presidiários, por que não colocar também um programa de proteção às vítimas?

O Sr. Marcelino Galo:- Aí, é outra coisa.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Não, não é outra coisa, não, deputado! Pode perfeitamente fazer parte deste Fundo, porque em outros Estados, como São Paulo, as vítimas também têm assistência através desse Fundo. O projeto do governo é muito genérico, é muito simples, não diz praticamente coisa com coisa, apenas a criação do Fundo: “*Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia.*” Será gerido por 3 membros. Não fala, não especifica como o dinheiro será aplicado. Vai aplicar, vai ser usado, eu não tenho a menor dúvida, por que não avançar, por que não imitar o que está dando certo em outros Estados? Por que não dizer como esse dinheiro será administrado e de que forma ele será aplicado? O dinheiro será aplicado. Não tenho dúvida disso. Mas, e a forma? O modelo de aplicação? É isso que a nossa emenda está, apenas, disciplinando.

Mas, lamentavelmente, nenhuma de nossas emendas foi acatada.

Nós da Oposição, poderíamos dizer que aqui enxugamos gelo. Nós debruçamos, estudamos o projeto, ouvimos pessoas envolvidas na assistência aos presidiários, que têm trabalhos voltado para a assistência de presos, para a ressocialização dos presos. Simplesmente apresenta um projeto que somos favoráveis, a Bancada é a favor, mas não diz como o dinheiro será utilizado, como ele será aplicado. Vai ser um Fundo administrado por apenas 3 membros. O que é que defendemos? Que além desses 3 membros, sejam incluídos também outros membros do governo e, de fora, apenas 1 representante dos agentes penitenciários e 1 membro da Defensoria Pública.

Não funciona. Aí pega esse projeto, essa forma como é aplicado o Fundo em outros Estados, e se vê como é delimitado, como é organizado, com um organograma. Aqui na Bahia, simplesmente, cria-se o Fundo, indica-se quem vai administrar, mas não diz como o dinheiro será aplicado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Um aparte, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Concedo o aparte ao deputado Sidelvan de Almeida Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Carlos Geilson, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que esse projeto veio dessa forma porque o governo do PT levou 10 anos – a população da Bahia precisa saber disso – para fazer esse Fundo. E quando cria o Fundo, ela não diz de que maneira vai ser gasto o dinheiro desse Fundo.

Ora, todos os projetos do PT vindos a esta Casa têm essa característica. E eles dizem: “Depois vamos regulamentar, vamos dizer aonde vai, onde deve ser aplicado”.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a por esse pronunciamento, por essa discussão tão importante. A Bahia precisa saber disso, porque o governo só saiu da inércia depois que o governo federal liberou 44,8 milhões para que pudesse equipar. Detalhe,

apenas 2 Estados do Brasil vão ter esse Fundo: a Bahia é o primeiro; o segundo, o Ceará.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado, deputado, incorporo o seu aparte.

E vou dizer onde nós estamos sugerindo que o dinheiro deve ser aplicado.

(Lê) *“I- Construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais;*

II- Formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços penitenciários;

III- Aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados necessários ao funcionamento dos estabelecimentos penais;

IV- Instituição de sistema semi-aberto com laboterapia ocupacional;

V- Programas de alternativas penas à prisão com o intuito do cumprimento de penas restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade...”

E também.

“(...) VI- Formação cultural do preso e do internado;

VII- Implantação de medidas pedagógicas relacionadas com a profissionalização do preso e do internado;

VIII- Elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos;

IX- Programas de assistência jurídica aos presos e internados carente...”

Olhem aí, programas de assistência às vítimas de crimes. Essa ideia, essa sugestão não foi acatada.

“(...) X- Subsídio à participação de membros do Conselho Diretor do Funpen;

XI- Custos de sua própria gestão excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos;

XII- Implantação e manutenção de berçário, creche e seção destinada à gestante nos estabelecimentos penais...”

Ora, são as nossas sugestões de como o dinheiro deve ser usado e aplicado. O governo do Estado não diz como o dinheiro vai ser utilizado.

De modo, Sr. Presidente, aqui fica a nossa observação. Espero, meu caro deputado Prisco, que foi o relator, que da próxima vez V.Ex^a, com toda a sua boa vontade, não ceda aos caprichos da base governista. Nós apoiamos esse Fundo desde o início, a Oposição não está criando nenhuma dificuldade para a sua aprovação; defendemos o Fundo quase que na sua inteireza, mas é necessário que o dinheiro, deputado Marcelo Nilo, seja explicitado.

Ora, V.Ex^a sabe perfeitamente que quando se cria um fundo, tem que se dizer como esse dinheiro será aplicado.

Dizer que será um fundo penitenciário, é óbvio, mas como esse dinheiro será utilizado? Como ele será gasto? Não tem no projeto...

A Sr^a Luiza Maia:- Tem.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) Não tem. Vou ler, porque V.Ex^a não leu o projeto.

(Lê) “*Art. 2º - o FUNPEN/BA será administrado...*” Já falei.

“(...) *Parágrafo único - O Comitê Gestor terá a função de planejar e gerir a aplicação do Fundo, preservada a competência do Governador...*” Não tem como o dinheiro será aplicado.

“(...) *Art. 3º - Constituem receitas do FUNPEN/BA:*

I- as provenientes do FUNPEN, na forma da legislação federal;

II- as dotações orçamentárias próprias do Estado...”

Onde é que tem, deputada?

A Sr^a Luiza Maia:- Tem.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Leia, por favor, como esses recursos serão aplicados, explicita como esse dinheiro será aplicado, deputada.

Não tem, o Fundo Penitenciário é genérico. Mas, mesmo assim nós vamos votar e somos favoráveis, apoiamos a medida, antes tarde do que nunca.

Acho que o governo do Estado está perdendo uma ótima oportunidade de utilizar esse dinheiro de forma mais eficaz e mais benéfica para a sociedade, incluindo também um programa de criação, um programa de assistência às vítimas, essas vítimas que sofrem e que não têm assistência. Muitas famílias órfãs perdem seus entes queridos, enquanto toda a proteção, todo o benefício, toda a assistência é para o preso. É necessário também que voltemos os nossos olhos, as nossas vistas para as famílias que perdem seus entes queridos, que são vítimas dessa sociedade cruel, dessa bandidagem sanguinária que mata, que assalta, que estupra sem dó e nem piedade.

Mas, esses presos reclamam que não têm boa assistência. Quem não quer ir para a cadeia não cometa o delito, não mate, não roube! Ora, quer hotel cinco estrelas, quer tratamento digno? Respeite a sociedade, se comporte de forma digna e decente. Mas, nem por isso, nós estamos a defender maus-tratos, vilipêndio aos presos, não!

Por isso que somos a favor, por isso que defendemos, nesse projeto, apresentamos emendas para dar uma condição digna ao preso. Mas, contudo, todavia, a vítima, essa também merece assistência, merece ser visitada pela Comissão de Direitos Humanos das Câmaras, das Assembleias, e as vítimas não têm assistência nenhuma, enquanto quem está à margem da sociedade tem toda a proteção do Estado.

Um preso na Bahia, deputado Zé Neto, custa aos cofres do Estado 3 mil reais. Imagine se nós somarmos todos os presos nesse Estado: quanto se gasta mensalmente? Enquanto isso, lá na ponta, tem gente que está em liberdade, mas uma liberdade entre aspas, porque está na sua casa, na sua residência, rodeada de grades, com o toque de recolher em muitas comunidades, em muitos bairros, especialmente das grandes cidades.

Fica aqui o meu protesto, a minha indignação, porque esse fundo poderia ser melhor disciplinado e ter um melhor organograma.

E, para finalizar, eu ouvi, atentamente, todos os discursos hoje em relação ao ministro, que deverá ser ministro do STF, Alexandre de Moraes. A reclamação é porque ele, até então, era vinculado ao PSDB. Eu acho que não está errado o protesto, mas quem protestou aqui esqueceu de protestar que Edson Fachin, que está no lugar de Teori Zavascki, estava na campanha, com a bandeira, pedindo voto para Dilma Vana Rousseff. Ninguém aqui protestou, ninguém! O ministro José Antônio Dias Toffoli era assessor jurídico do PT, mas ninguém protestou!

Agora, vamos fazer um discurso equilibrado. Acho que não deveria ter ninguém vinculado a partido, que nunca tenha se filiado a algum Partido. Aí, sim, o discurso estaria numa linha de coerência. Criticar Alexandre de Moraes porque está, até então, vinculado ao PSDB?! E aqueles?! Por exemplo, o ministro Edson Fachin, hoje é o relator da Lava-Jato. A quem ele estava pedindo votos? Na campanha de quem ele participou? Eu acho que ele vai fazer um bom trabalho.

Eu não sou desses que ficam enxergando coisas aqui e acolá, coisas que só quem tem óculos, quem usa óculos de alcance inimaginável, quem tem coisas além do normal, do natural, pode alcançar. Eu acho que ele vai fazer um bom trabalho, como acredito também no ministro Alexandre de Moraes.

Porém, contudo, acho que não deveria ter, nenhum deles, vinculação política. Deveria se criar essa barreira: quem for ministro do Supremo jamais pode ter participado de nenhum partido, não pode ter militância política. Seria o mais correto e o mais coerente. Agora, criticar um, porque foi filiado ao PSDB, e o outro, que foi filiado ao PT, não merecer as críticas, aí, meu amigo, é um discurso com dois pesos e duas medidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan Sanches, houve a permuta de V.Ex^a com o deputado Marcell e com o deputado Marcelo Nilo? V.Ex^a será o próximo, e o deputado Alan... Não, V.Ex^a passa para o lugar de Marcell. Então, combine com Marcell. (Pausa)

Com a palavra o deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, colegas deputados, muito boa tarde. Primeiramente, agradecer ao deputado Marcelo Nilo por ceder essa permuta, ao deputado Alan Sanches, a todos os deputados que estão me concedendo essa oportunidade de falar.

Eu quis me adiantar, mesmo estando inscrito, porque a denúncia que vim fazer aqui é grave. Sr. Presidente, venho sofrendo chantagem de um site, aqui, na Bahia, chamado *Varela Notícias*. Um site que, há dois anos, tenta conversar comigo. Nesse site – V.Ex^{as} verão se colocarem o nome no Google – não há imparcialidade. São sempre matérias pejorativas, tanto a mim quanto à minha irmã, a troco de querer me extorquir.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que cheguei aqui limpo, e que Seu Varela, o

dono do site, que se respeite e vá extorquir outro, porque meu mandato é limpo, eu cheguei aqui limpo e não vou aceitar extorsão de site nenhum, de Varela nenhum! Tem um jornalista chamado Breno, ele que assina as matérias... A Sr^a Sheila Varela já me procurou algumas vezes para eu retirar o processo que minha irmã moveu. Não retiramos. Quem decide o certo ou o errado é a Justiça, não é acordo!

Eu venho aguentando isso, Sr. Presidente, há dois anos, mas chega um determinado momento em que você não aguenta! Agora, descendo aqui, para vir ao Plenário, mais uma matéria: “que a população se revoltou contra o deputado Marcell, que está pongando no projeto Uber”. Respeite-se, Varela! Respeite-se, site Varela Notícias, que é um site sem credibilidade, um site miúdo, que está sendo conhecido hoje porque estou falando, porque a maioria de vocês não sabe nem de onde vem esse site!!

Mas, quero dizer... Eu espero! Eu espero, presidente Angelo Coronel, que a Assembleia Legislativa da Bahia não esteja patrocinando um site que tenta desmerecer o trabalho de um deputado e pratica extorsão. Tenho aqui as mensagens da Sr^a Sheila Varela querendo marcar reunião comigo e com a minha irmã. Não aceito sentar com a senhora, não aceito ser extorquido porque meu mandato é limpo.

Se vocês, do site *Varela Notícias*, estão acostumados a conversar num canto com alguém, com Marcell é diferente! O Marcell sobe à tribuna, lugar onde estou aqui, digno de respeito, eleito pelo povo, e não é um *sitezinho* de 5^o categoria que vai desmerecer o meu trabalho!

Então, quero deixar recado: a imprensa da Bahia é séria, tem o *Bahia Notícias*, sério; tem o *Bocão News*, sério; tem o *Bahia Já*, sério; tem o *Política Livre*, sério; e um site quer queimar... um site... infelizmente, um site pequeno, ele tenta sujar a imagem de todos os outros! Não tem imparcialidade e está próximo à imundície.

Então, Sr. Presidente, essa é a minha indignação na tarde de hoje. Quero aqui ler algumas matérias pejorativas que esse *site* fez comigo ao longo dos anos, por sinal, matérias colocando um “x” no meu rosto.

Na campanha de 2012, deputado Pedro Tavares, em plena campanha de 2012, eles colocaram um “x” na minha foto e escreveram assim: “*Veterinários pedem para não votar em Marcell Moraes*”. Na campanha da minha irmã, em 2016, eles colocaram a foto dela também com um “x”, dizendo: “*População se revolta; falsos protetores*”. Uma vergonha isso aqui na Bahia! Uma vergonha!

Eles gostam de extorquir perto de eleição, como eu tenho votos em Salvador... Só que é um *site* de 5^a categoria, é um *site* que vocês estão conhecendo hoje porque estou falando. Duvido que um deputado saiba o endereço de um *site* pequeno chamado *Varela Notícias*. Eu cansei! E quero dizer aos responsáveis pelo *site* que vou usar minha tribuna para denunciar vocês! Toda vez que sair uma matéria pequena, virei aqui na tribuna. Não vou fazer isso pelo *Facebook* porque meu povo não sabe nem o que é *Varela Notícias*, não sabe nem quem é *Varela*, quanto mais o tal *Notícias*!

Então, essa é a minha indignação aqui, quero dizer que eu não aceito chantagem, eu não aceito extorsão e não aceito me render a canalhas de *site* que

tentam desmerecer o trabalho digno de um deputado. Está aqui a minha indignação. Espero que a Assembleia Legislativa não esteja patrocinando um *site* que extorque deputado.

Esse é o meu registro, deputada Fabíola, espero que V.Ex^a não esteja sendo vítima também, porque eu estou sendo vítima, estou cansado dessa extorsão, estou cansado da forma como eles estão tratando, estou de saco cheio disso! Não foi 1 matéria, não foram 2, não forem 3, não foram 4, não foram 5, não! São diversas matérias desse *site* miúdo, tendencioso, que pratica extorsão a troco de, vocês sabem de que... querendo conversa.

Está aqui a minha denúncia e a minha indignação, e não vou retroceder 1 milímetro. Vou para cima e vou denunciar! Além de entrar com uma ação contra o jornalista que assina a matéria, que deve ter conchavo com os donos, vou entrar com uma ação novamente contra o *site* e vou denunciar ao Ministério Público e à Polícia Federal, porque esses ladrões, essas pessoas que extorquem parlamentar, têm que sair algemados. Eu vou denunciar ao Ministério Público e à Polícia Federal para saírem algemados, porque o nome disso é extorsão. Eu aceito críticas, não aceito extorsão! Façam um jornalismo limpo, sem precisar extorquir deputados e vereadores, porque não precisamos disso!

Está aí o recado para os donos dos *site*: Sr. Varela, Sr^a Varela e quem estiver por trás desses *sites*, vou denunciar, a todo o momento, a cada matéria que sair lá, porque esse mesmo *site*, deputada Fabíola, está manchando a imagem da imprensa baiana, que acompanha os trabalhos daqui, da Assembleia, e é uma imprensa séria: o *Bahia Notícias*, é sério; o *Bocão News*, é um site sério; o *Política Livre*; o *Bahia Já*. Esses sites são sérios, aí vem um outro *site* de 5^a categoria, que ninguém sabe nem qual é o endereço, querer extorquir o deputado. Está aí a minha indignação, o meu repúdio, o meu alerta, porque quero também ver os contratos que a Assembleia tem e saber se algum deles tem vínculo com esse site miúdo. Se tiver, é preciso cortar, porque não está respeitando o nosso trabalho.

E vocês, nobres colegas, podem ser as próximas vítimas. Não podemos aceitar! Chegamos aqui limpos e não devemos nada para ninguém, para jornalista nenhum. Jornalista tem que criticar? Tem que criticar, mas tem que ser imparcial, não pode criticar para extorquir, ganhar dinheiro. Então Sr. Varela, Dona Sheila Varela e quem mais estiver naquele *site*, escrevendo matérias tendenciosas, vou denunciar ao Ministério Público e à Polícia Federal. Vão sair de lá algemados porque são corruptos! A palavra é essa! São corruptos que tentam extorquir deputados. E ninguém vai me calar, porque eu cheguei aqui limpo, continuo limpo e vou ser limpo, ao contrário deles, que são sujos e que tentam extorquir os deputados!

Vamos acordar, não vamos deixar esse *site* barato, de 5^a categoria, onde as pessoas estão extorquindo, manchar a imagem de uma imprensa tão séria, que é a imprensa da Bahia, a imprensa que tem Levi Vasconcelos, que é um homem sério; a imprensa que tem Zé Eduardo, que é um cara sério; e tantos outros jornalistas que cobrem... o Tasso Franco... Agora, chega um site... Consequentemente, se vocês, nobres colegas forem nesse *site*, as matérias que ele faz, vão ver que é um absurdo. O

engraçado, e que vou denunciar à Polícia Federal, é que nas eleições eles pegam mais pesado, porque sabem que o candidato está frágil. Mas não vou me curvar, não aceito extorsão e não entro em corrupção.

Eles podem estar acostumados a conversar com parlamentarzinho. O deputado Marcell não aceita, não. Que eles vão para a cadeia: Seu Varela, D. Sheila Varela e quem estiver envolvido nessa gangue criminosa disfarçada de *site*. Que essa gangue criminosa disfarçada de *site* seja presa. Porque, na verdade, é uma gangue criminosa. Estou denunciando, hoje, ao Ministério Público e à Polícia Federal essa gangue criminosa que extorque deputado chamada *site Varela Notícias*. Nós, parlamentares, não devemos nos curvar, porque somos limpos. E vamos continuar limpos, deputado Sandro Régis. Temos que ter coragem de não aceitar chantagem, não aceitar extorsão.

D. Sheila Varela já me procurou, já procurou minha irmã, a vereadora Marcelle Moraes, querendo conversar. As mensagens estão gravadas no celular. E não aceitamos. Aceitei conversar com ela no meu gabinete, ela não quis vir. Aceito conversar no meu gabinete com qualquer pessoa e não em restaurante, em lugar nenhum. Vou dizer o que digo aqui: minha irmã não tirará o processo que moveu na campanha. E, agora, estou entrando novamente com um processo e vou denunciar à Polícia Federal e ao Ministério Público esse *site* que, infelizmente, mancha a imagem da imprensa baiana. A imprensa baiana é uma imprensa séria, é uma imprensa que trabalha, é uma imprensa que sabe ser imparcial. E eles acabam manchando.

Tem gente que faz *sites*, deputada Fabíola, V.Ex^a sabe para quê. Então, não vamos aceitar. O deputado Marcell aceita críticas. O *Bocão News* me critica, o *Bahia Notícias* me critica, isso faz parte do jornalismo. Agora, o que não pode é deixar de ser imparcial e querer extorquir um deputado. Não vou me calar, minha voz é essa. Vim para aqui limpo e continuo limpo, ao contrário da gangue chamada *Varela Notícias*.

Está aqui minha indignação. Estou sendo vítima, e podem ser vocês amanhã. Estou fazendo um desafio – que seja gravado aqui nesta Casa o que estou dizendo –: se vocês pegarem as últimas matérias dos últimos dois anos, vão comprovar o que estou falando. As matérias sempre parciais e tendenciosas, a troco de vocês sabem o quê: querer extorquir o deputado. Mas Marcell não vai se calar. O recado é para eles, para elas, sei lá quem está envolvido nessa gangue: vou denunciar. Já contatei nossos advogados, já estou movendo uma outra ação e vou denunciar na Polícia Federal, no Ministério Público, porque *site barato* nós não vamos aceitar.

Já estou aguentando isso há dois anos, mas resolvi dizer hoje para V.Ex^{as}. Geralmente, eles pegam mais pesado durante a campanha. Talvez a maioria não saiba nem de onde vem esse *site*, porque é tão pequeno e ninguém acessa. Também não me preocupo com o que eles falam, porque ninguém acessa. Mas estou denunciando aqui a forma barata como tentam diminuir a imprensa baiana. A imprensa baiana, deputado Bira Corôa, é uma imprensa séria. Aí vem um “*sitezinho*” barato, uma ganguezinha barata para tentar extorquir um deputado. Mas o deputado Marcell chegou aqui limpo e vai continuar limpo. Não são Varela, Sheila e quem mais esteja envolvido nessa ganguezinha que vai tentar calar minha voz. Então, toda vez que esse *site barato* vier

falar, vou dizer para os colegas deputados o que esse *site* barato faz.

Só para terem uma ideia. Certa vez, teve uma confusão no Rio Vermelho e ele ligou para o presidente do Partido Verde: “É verdade que o deputado Marcell vai ser expulso do partido?”. Para vocês verem a tendenciosidade. O presidente disse: “Coisíssima nenhuma. Você está maluco? O deputado Marcell é o deputado da bandeira”. Aí ligou para Ismerim, que é advogado: “Ismerim, Marcell pode perder o mandato?”. Então, eles procuram o tempo todo tentar desmerecer meu trabalho e, hoje, eu cansei. Semana passada, foram falar que enquanto os vereadores novos trabalham, a vereadora Marcelle vive no celular. Se respeite para falar da minha irmã, porque, até o momento, é a vereadora que mais entregou projetos, é uma vereadora assídua. Todo mundo fica no celular, porque vivemos hoje num mundo informatizado. Então, se estamos no celular, estamos vendo o Diário Oficial, estamos vendo a notícia e tudo mais. Então, respeite e lave aquelas mãos imundas que estão escrevendo a matéria, aquelas mãos podres de corrupção que estão escrevendo a matéria para citar o meu nome e o nome da minha irmã, somos sérios, chegamos aqui sérios e vamos continuar limpos, ao contrário deles que têm um passado imundo e já começam nessa imundície. Se V.Ex^a pegar, deputado Pablo, todas as matérias são tendenciosas, aí você não aguenta. Na minha eleição de deputado fizeram o favor de colocar um “x” no meu rosto e dizia assim: veterinários pedem para não votar no candidato Marcell. Imagine, na campanha!

Quando chegou na campanha de minha irmã, em 2016, colocaram um “x” também na minha irmã, dizendo: população acusa a vereadora de ser falsa protetora. Pois, minha irmã teve 16 mil votos, foi a mulher mais votada do Norte e Nordeste, e calou a boca deles, porque quem trabalha sério não tem medo. É chato porque estamos aqui trabalhando sério, estamos aqui, deputado, trabalhando todos os dias, deputado Marquinho Viana, estamos aqui dedicando uma vida para chegar, me desculpem, uma pessoa desqualificada para escrever uma matéria mentirosa apenas para extorquir.

O deputado Marcell aqui é limpo, vai continuar limpo, não é um sitezinho de 5^a categoria que vai calar a minha voz, não. Vou continuar falando e todas as matérias que eles escreverem, virei aqui na tribuna e vou dizer que estão tentando me extorquir, eles não são imparciais, querem dinheiro, o Sr. Varela quer dinheiro. O meu, não, viu, Varela! Vá bater na mesa lá da sua laia, na minha você não bate na mesa, não, porque o deputado Marcell bate mais alto do que você porque o meu passado é limpo. Então, não vou aceitar, é você batendo lá e eu batendo cá, e vamos ver o que o povo vai dizer porque sou limpo, puxe minha ficha que é limpa. Ao contrário do seu site que ninguém sabe de onde é, tentando diminuir a imagem do deputado. Vou dar cartão vermelho para vocês porque vocês não fazem, não sou eu, a população dará cartão vermelho à imprensa baiana.

Aqui tem jornalista sério que acompanha o nosso trabalho e se sente muitas vezes envergonhado, querendo ou não, diminui a imagem da imprensa baiana. O *Bahia Notícias*, está aí a jornalista Rebeca, é uma jornalista séria, o *Bahia Notícias* é sério. Criticar o deputado Marcell faz parte, não existe isso de ser tendencioso, na

hora de criticar tem que criticar, somos pessoas públicas, temos que aceitar as críticas mas não algo pejorativo. Já pensaram colocar uma foto sua com um “x” no rosto, dizendo para não votar? Já pensaram falar aqui, o último deles, sobre a campanha do deputado Marcell a população diz que é ponga. Ponga é o que você quer no meu bolso, você quer pongar no meu trabalho sério. Você vai receber processo hoje. Minha irmã já processou o site. Dona Sheila Varela quis acordo, não fizemos.

Agora, o deputado Marcell vai processar o site, vai processar o tal do jornalista chamado Breno e vai entrar com uma ação no Ministério Público e vai denunciar à Polícia Federal para saírem algemados do site, porque extorsão é crime e não vamos retroceder um milímetro. Podem falar lá no site, ninguém acessa esse sitezinho miúdo. Vocês estão conhecendo o site hoje porque falei aqui, duvido que os 63 deputados saibam o que é o site Varela Notícia, eu duvido. Nunca acessei, só acesso quando minha assessoria manda. Além de ser um sitezinho barato e ninguém acessa, mas cansa, deputado Bira, cansa, todo dia é uma matéria tendenciosa, todo dia uma coisa. Pelo amor de Deus, vá fazer jornalismo sério! Pode criticar o deputado Marcell mas com fundamento, vá criticar que a população se revoltou contra mim porque criei o projeto do Uber; vai ler, jornalista, fui o primeiro a apresentar o projeto do Uber aqui, em 2016, vai ler. Agora, site de 5ª categoria, vocês são tendenciosos, querem dinheiro, o que eles querem é dinheiro, pois, dinheiro não vão ter, eles que vão procurar a laia deles, os ladrões que andam com eles, eu estou fora porque sou limpo e não entro em corrupção.

Então, deputado Sandro Régis, não aceito, farei um requerimento à Mesa Diretora, se a Assembleia Legislativa estiver patrocinando esse site, vou denunciar também porque não é possível que um sitezinho de 5ª categoria, que denuncia, que menospreza o trabalho de um deputado, que tenta indiretamente extorquir um deputado, não acredito que a Assembleia Legislativa esteja patrocinando a corrupção.

Enviarei ao presidente Angelo Coronel agora mesmo um ofício solicitando que não patrocine esse tipo de site porque não vamos aceitar. E aí o meu agradecimento a toda a imprensa séria, a imprensa que não se corrompe, infelizmente como em todo lugar existe algo ruim, existem pastores que são pedófilos, há padres também, e também existem jornalista, existem também *sites* que são corrompidos. E o *site Varela Notícias* tenta me extorquir todo dia. Só que agora pode rir, pode rir, agora pode rir, que nas 10 vezes que você falar aqui, eu vou subir na tribuna e vou bater na mesa, porque eu sou limpo, e não vai ser uma materiazinha *f* que vai desmerecer o meu trabalho, não!

Agora isso cansa! Muitas vezes estamos aqui todos os dias entregando projetos, debatendo-os, mas não, fazem questão de procurar! Está aí o recado: não existe acordo nenhum! Eu vou para a Justiça, e pode ter certeza que a Justiça é limpa. Se a Polícia Federal me ouvir, irão sair todos algemados, um atrás do outro, porque, deputado Zé Neto, vêm tentando corromper, de forma barata, calar a voz de um deputado.

Eu espero que V.Ex^a não esteja sofrendo a mesma coisa que o deputado Marcell – pois está balançando a cabeça –, espero que tenha jornalistas sérios, mas aqui,

infelizmente, como toda profissão, tem um ou outro que se suja, e esse é o motivo do meu repúdio e da minha indignação na tarde de hoje.

Meus colegas, me desculpem pelo desabafo. A imprensa, a Galeria, a *TV Assembleia*, me desculpem pelo desabafo, mas cansa falar isso todo dia, cansa você ler isso todo dia. Hoje eu quis desabafar e vou procurar a Polícia Federal, o Ministério Público, vou processar cível e criminalmente para desmoralizar ainda mais esse *site* de 5ª categoria.

Saudações ecológicas, e viva à imprensa livre, séria e coerente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- (...) e não essa imprensa que tenta extorquir parlamentares por aí. Obrigado e desculpa, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Marcelo Nilo, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 2014, o povo brasileiro foi às urnas, e 51 milhões desses brasileiros elegeram a presidenta Dilma Rousseff. O senador Aécio Neves, salvo engano, teve 49%, e a presidenta Dilma teve 51%. Foi uma eleição democrática e dentro das normas constitucionais.

A presidenta Dilma, durante o ano de 2015, passou por momentos difíceis. A economia, com grandes dificuldades... O povo brasileiro hoje é um povo politizado, o que é fruto principalmente dessas redes sociais, onde o povo participa das decisões na política, na economia do nosso País. A presidenta Dilma não cometeu nenhum crime de responsabilidade, isso é público e notório. Imaginemos nós se todos os prefeitos e governadores que estivessem em dificuldades políticas ou econômicas fossem submetidos ao *impeachment*. Houve uma movimentação orquestrada, inclusive pela grande mídia nacional, liderada pela *Rede Globo*. Consequentemente, nós tivemos o *impeachment*, uma das coisas mais injustas que o Congresso Nacional cometeu, mas são águas passadas.

Dentro das regras constitucionais, o vice-presidente Temer tomou posse e, diferentemente do ex-presidente Itamar Franco, que fez um Ministério de notáveis, de pessoas respeitadas, e um governo aplaudido e aprovado por quase 90% do povo brasileiro... Tanto é que o presidente Itamar Franco conseguiu eleger o sucessor, o então senador Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, o PMDB, diga-se de passagem, foi um dos partidos responsáveis pela redemocratização do País. Vinha liderando esse grande partido o saudoso Ulisses Guimarães, mas o PMDB chegou ao governo 3 vezes sem 1 único voto: Itamar Franco, Sarney e agora Michel Temer.

Talvez esse seja o pior momento político e econômico do País. Uma crise terrível! O desemprego aumentando, o comércio sendo reduzido drasticamente, várias empresas sendo fechadas, e hoje eu vejo o ministro da Fazenda, Henrique Meireles, dizer que o Brasil saiu da recessão. O Brasil está numa recessão profunda: o desemprego, aumentando; os salários sendo corroídos. Talvez o único índice que está

sendo satisfatoriamente aplaudido pelo povo e pelos economistas é a inflação. Mas a inflação está sendo reduzida por falta de consumo, a inflação está sendo reduzida porque o povo não tem recursos para fazer as suas compras. Hoje você vai a um shopping, as lojas estão praticamente sem compradores, sem consumidores.

Portanto, o Brasil vive um momento difícil. A economia, sem perspectiva; a política, sem esperança. O governo do presidente Temer tem hoje, além do presidente da República, 6 ministros sendo citados por delatores da Lava Jato. Vou repetir: o presidente Michel Temer e seus mais de 6 ministros sendo citados pela operação Lava Jato. Como poderemos fazer as transformações que o povo brasileiro tanto necessita se o Congresso Nacional não tem credibilidade?

O Congresso Nacional não está à altura do nosso povo, porque o povo hoje, meu querido Antônio Henrique Júnior, é um povo exigente. Hoje, com *sites*, com redes sociais, com *Twitter*, com *Facebook*, com *Instagram*, o povo participa. Aquele político que sair da linha da ética, dos compromissos assumidos, será cobrado pelo povo brasileiro através das redes sociais.

Portanto, eu não acredito num governo cujo presidente da República é citado, na operação Lava Jato, por recebimento. Você pode até ser citado, isso é normal e natural, mas o presidente da República foi citado por diversos delatores. Se você é citado por um, muitas vezes se comete injustiça. Eu vi agora o senador Lindbergh Farias tendo o seu processo arquivado pelo Supremo Tribunal Federal porque a citação não foi comprovada. Mas como o presidente da República, sendo citado em diversos momentos, vai fazer as mudanças que o povo brasileiro tanto necessita?

Quero até registrar que, na semana passada, o governo federal tomou a decisão de liberar o FGTS, o Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço, das pessoas que tinham contas inativas, fato positivo...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Um aparte, V.Ex^a.

O Sr. MARCELO NILO:- (...) Com o maior prazer, deputado. Darei, só me permita concluir o meu raciocínio. A liberação das contas inativas foi uma coisa positiva. A presidente Dilma foi afastada porque, em tese, tomou recursos do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica para não atrasar o Bolsa Família, para não atrasar os recursos das pessoas que necessitavam do apoio federal, já que muitas pessoas hoje não passam fome por causa do Bolsa Família.

Então a presidente foi afastada pelo fato de ter, segundo alguns que defenderam a tese, cometido crime de responsabilidade fiscal. Imaginemos nós o crime que o presidente Michel Temer cometeu. Ele é citado, pelo primeiro delator, como tendo recebido R\$ 10 milhões; dos seus ministros, tem um que foi citado 41 vezes por um único delator. Ora, como o governo federal vai ter força política para fazer as transformações, as mudanças que o povo brasileiro tanto necessita? A reforma da Previdência é necessária, mas só vai tirar do trabalhador; a reforma trabalhista é necessária, mas só vai tirar do trabalhador.

Portanto, não vejo esperança no povo brasileiro. A única esperança que temos é chegar a outubro de 2018, porque só acredito em um presidente, em um governador,

em um prefeito se tiver voto popular; só acredito em um deputado se chegar a este Parlamento, como todos chegamos, através do povo. Como um presidente que não teve um único voto pode governar uma Nação como o Brasil, que tanto necessita de credibilidade?

Nós da classe política estamos passando, talvez, o pior momento da nossa história. Quando vamos a algum lugar e perguntam: “Qual a sua profissão?” Eu respondo engenheiro, porque o deputado, o político, hoje, infelizmente, não tem a respeitabilidade do povo. Por quê? Porque, às vezes, um vereador lá no Piauí comete uma irregularidade, sobra para todos os vereadores do Brasil; às vezes, um deputado comete uma irregularidade em Rondônia, sobra para todos nós deputados; às vezes, um prefeito lá em Santa Catarina comete uma irregularidade, sobra para todos os prefeitos do Brasil; às vezes, um governador comete uma irregularidade, sobra para todos os governadores do Brasil.

Por quê? Porque 90% do *Jornal Nacional* da *Rede Globo*, atualmente, são para criticar o político.

Esta semana, a Polícia Federal cometeu o absurdo de denunciar o ex-presidente Lula e a ex-presidente Dilma porque esta nomeou o ex-presidente Lula ministro. E agora o próprio Supremo Tribunal Federal, através do ministro decano, Celso de Mello, concedeu uma liminar, na minha opinião correta, para que Moreira Franco pudesse ser ministro.

Ora, são 2 pesos e 2 medidas. E a *Rede Globo* procura sempre mostrar o lado negativo da classe política. Quando se aprova coisa positiva para o povo brasileiro – como o governo federal concedeu esta semana o direito do saque do Fundo de Garantia –, poucos segundos aparecem na televisão. Quando aprovamos um projeto de interesse da sociedade, sai num canto de página. Entretanto, quando há qualquer problema, como ocorreu anteontem aqui uma discussão entre os deputados, manchetes aparecem em todos os jornais.

Até aproveito para registrar que o deputado Angelo Almeida teve a grandeza de procurar o deputado Fábio Souto, que é um dos deputados mais educados que esta Casa já viu, para dizer que foi um mal-entendido.

Então, nós parlamentares temos que usar as nossas prerrogativas delegadas pelo povo para conviver com este momento difícil. Até compreendo o papel da mídia, que, por natureza, é crítica. Quando eu era deputado da Oposição tinha um espaço enorme no jornal *A Tarde*, no jornal *Tribuna da Bahia*. Por quê? Porque, por natureza, a mídia é crítica. Só se vende jornal, *site*, *blog* e só se tem audiência em rádio quando se fala mal. Dificilmente uma notícia boa dá ibope; as notícias negativas é que dão.

Portanto, estou preocupado com o Brasil, porque... Deputado Zé Neto, deixe-me discursar, por favor. Já avisei que não existe acordo para eu não discursar. Tenho 10 anos sem discursar, estou matando a saudade. Estarei aqui até de manhã para votar os projeto de V.Ex^a, com o maior prazer. Sou seu liderado com o maior prazer, mas não me peça para não discursar. Fiquei 10 anos engasgado, com vontade de falar para que o povo conheça as minhas opiniões, os meus projetos e o norte que seguirei na política.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me concede um aparte.

O Sr. MARCELO NILO:- Concedo um aparte ao deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Agradeço o aparte.

Sem sombra de dúvida, é muito bom vê-lo na tribuna deste Parlamento. Não tive oportunidade de debater com V.Ex^a aí nessa tribuna e eu aqui embaixo. Quando cheguei, em 2006, tive a oportunidade de votar em V.Ex^a para presidente da Assembleia.

Pois bem, V.Ex^a me questionou, há poucos instantes, como eu tinha coragem de defender o presidente Michel Temer. Não é coragem, deputado Marcelo Nilo. Faço por acreditar no governo dele.

V.Ex^a colocou muito bem a situação em que se encontrava o Brasil quando Michel Temer assumiu a Presidência da República. Havia um governo completamente desacreditado, com sua economia sem nenhum sinal de recuperação, a Bolsa de Valores em queda, o dólar em alta, o Risco Brasil em alta. Ou seja, pegamos este País completamente deteriorado, arrasado, acabado.

Então, não é uma tarefa fácil; é uma tarefa árdua. E já começam a aparecer, sim, meu caro e querido amigo Marcelo Nilo, os sinais de recuperação da economia. Basta ver e analisar os índices. Já existe, hoje, a valorização da nossa Bolsa de Valores, o dólar já começa a dar sinais de queda, o Risco Brasil também está dando sinais de queda. Tudo isso graças a uma política econômica implementada pelo ministro Henrique Meirelles, que é um ministro reconhecido, atuante, competente, que conhece profundamente a economia do nosso País. E também com as medidas efetuadas no início da Presidência de Michel Temer, como a PEC dos gastos públicos, que foi uma iniciativa eficiente, cujas consequências não surgirão agora, mas no futuro.

Muito se fala da reforma da Previdência. Todos nós sabemos e reconhecemos – como V.Ex^a reconheceu dessa tribuna – a necessidade, sim, de se ter uma reforma da Previdência, com uma discussão ampla com todos os segmentos da sociedade, para que as distorções existentes na nossa Previdência Social sejam corrigidas.

Tenho certeza de que o presidente Michel Temer terá todo o cuidado do mundo para fazer uma reforma que contemple toda a classe trabalhadora.

Mas quero pedir-lhe que tenha cuidado quando V.Ex^a fala que existem 6 ministros do presidente Michel Temer citados na operação Lava-Jato. Primeiro, citado não é condenado. Acho que precisamos ter essa referência, até porque existem outros políticos da nossa Bahia, de todos os partidos, que podem ter sido citados e terão oportunidade de se defender na Justiça, perante a lei. E se realmente for comprovado que estão envolvidos em algum ato ilícito, que foram culpados, serão punidos.

Acho que devemos ter esse cuidado para não contaminar e não diferenciar o citado do culpado.

Parabenizo V.Ex^a pela atuação que tem tido neste Plenário, por estar sempre discutindo e debatendo os problemas de interesse da Bahia e também do Brasil, já que

tenho certeza de que V.Ex^a galgará espaços maiores em 2018.

Parabéns, Excelência.

O Sr. MARCELO NILO:- Agradeço o aparte, deputado. Quero dizer-lhe que fiz questão de ressaltar que o citado não é condenado. Vários são citados, e muitos deles, inclusive relatei alguns exemplos, são posteriormente absolvidos.

O que me preocupa é se você coloca em Ministérios pessoas que estão sendo amplamente citadas, poderia procurar ministros que estivessem sem nenhuma dúvida sobre suas atuações, é diferente de um deputado, por exemplo, que está eleito pelo povo e tem um mandato de 4 anos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Não seria o caso, por exemplo, do ex-governador Jaques Wagner, que foi citado na operação Lava-Jato e foi nomeado secretário de Estado?

O Sr. MARCELO NILO:- Deputado, o ministro Jaques Wagner tem todo o direito de fazer a defesa, como todos têm. O secretário Jaques Wagner, na realidade, nem queria ser secretário. Ele não queria ser secretário, todo mundo sabe. Inclusive, ele foi para uma coordenação e, posteriormente, foi para a secretaria. Eu fiz questão de ressaltar que o citado não é condenado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Todos nós da classe política, temos de ter essa preocupação. V.Ex^a não pode usar um exemplo do governo federal e outro, do Governo do Estado.

O Sr. MARCELO NILO:- Talvez, V.Ex^a não tenha ouvido o meu discurso quando falei sobre os citados.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Eu acho que se existe ministro citado na Lava Jato, ele terá a oportunidade de se defender e que não se possa fazer prejulgamento, assim como o ex-governador Jaques Wagner não vai ter a oportunidade...

O Sr. MARCELO NILO:- V.Ex^a, talvez, não tenha ouvido o meu discurso quando disse: o citado não é condenado. O que estou preocupado é com a credibilidade do presidente da República que foi citado, é diferente do ministro.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Então, temos de ter a preocupação com a credibilidade do governador Rui Costa, que foi citado também.

O Sr. MARCELO NILO:- Deputado, o governador Rui Costa não foi citado por nenhum delator, é completamente diferente.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Foi citado na operação de empresa de publicidade, que teve busca e apreensão. Acho que esse discurso...

O Sr. MARCELO NILO:- Não. Deputado, o governador Rui Costa foi solicitado pela Polícia Federal, o Ministério Público não concordou, nem o juiz. Diferente dos ministros que o Ministério Público já aceitou as denúncias. É diferente! O governador Rui Costa foi citado por uma funcionária dizendo que foram pagos R\$ 6 mil por fora. E o Ministério Público...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Não. Não há nenhum ministro denunciado ainda.

O Sr. MARCELO NILO:- Ave Maria! O que é isso?!

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Denunciado, não. Citado, sim.

O Sr. MARCELO NILO:- Citado, que eu estou falando. Denunciado pela Polícia Federal, mas a denúncia não foi aceita pelo Ministério Público. Pela polícia Federal foram vários ou todos! Todos! O governador Rui Costa foi uma pessoa, que trabalhou no comitê dele, dizendo que pagou R\$ 6 mil por fora. O próprio Ministério Público mandou arquivar, é completamente diferente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Por favor, olhe o tempo.

O Sr. MARCELO NILO:- Concluo dizendo a V.Ex^a que me preocupa muito o presidente da República não ter credibilidade para fazer as transformações que o Brasil necessita, urgentemente, para voltar a crescer. O desemprego está aumentando, a credibilidade está diminuindo, e, com certeza, o povo brasileiro continua muito apreensivo, uma vez que não vê perspectiva de melhora na economia do nosso País.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, o nobre deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores presentes neste plenário, no momento de discussão do encaminhamento de votação do Projeto de Lei nº 22.152/2017, que institui o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia – FUNPEN/BA-, no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP – e dá outras providências.

Esse projeto de lei, meu caro deputado Luciano, torna-se emblemático para o debate que se colocou aqui, tendo como um dos protagonistas o deputado Marcelo Nilo. Aliás, antes alguns deputados da Base do Governo, acentuadamente do Partido dos Trabalhadores, insistiam aqui como insistem em conceituar o governo atual, o governo do presidente Temer, como o governo golpista.

O deputado Marcelo Nilo, desta tribuna, na sua manifestação anterior, tratou do Partido do Movimento Democrático Brasileiro com certo desdém, provocando, inclusive, na linguagem humorística da televisão brasileira, frouxos de risos em alguns deputados, sobretudo deputados do Partido dos Trabalhadores.

Gostaria de lembrar ao deputado Marcelo Nilo, motivo principal de eu vir a esta tribuna para defender o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que o partido não foi construído apenas por um homem ou por uma mulher; partido que foi construído pela sua história; partido que é a verdadeira bandeira da redemocratização deste País, partido que tinha nos seus quadros talvez o homem, o político mais direito deste País, que foi o saudoso presidente Ulysses Guimarães, homem, Carlinhos, que a terra foi incapaz de comer, pela sua pureza, pela sua moral, pelo valor que tinha o saudoso deputado Ulysses Guimarães.

Portanto, o PMDB, partido que foi um pilar sólido na defesa da democracia deste País, não pode ser maculado por qualquer fato ou ato que aqui ou acolá alguém pratique. É necessário que se esclareça, que se faça a defesa do PMDB.

Na defesa do presidente Temer, falei aqui na semana passada, meu nobre deputado Marcelo Nilo, que qualquer ato maléfico, o pior ato que esse governo possa cometer, há precedentes no governo do PT. É só observarmos, por exemplo, a nomeação, a indicação do ministro Toffoli. Quem indicou o ministro Toffoli para o Supremo Tribunal Federal? Quem foi o ministro Toffoli quando militava na advocacia? O deputado Luciano Ribeiro, jurista renomado, como tantos outros deputados aqui, sabem muito bem que o Toffoli foi advogado do Partido dos Trabalhadores; o Toffoli não tinha qualificação técnica para ser ministro do Supremo Tribunal Federal, e foi empurrado goela abaixo pelo governo do PT.

As 41 citações de Temer, se é que tem... Quantas houve de Lula? Quantas houve de Dilma? Aquela que diziam que era a mulher mais honesta do País. Quantas vezes foram citados? Quantos ministros dos governos Lula e Dilma também foram citados nas delações premiadas?

Mas aqui na Bahia, não precisa ir longe. Alguém aqui, se não me engano o deputado Leur Lomanto, lembrou das citações do ex-governador Wagner, e que, no entanto, foi nomeado secretário do Desenvolvimento do Estado, e vejam que coincidência: às vésperas da aprovação da delação dos diretores da Odebrecht. Aquilo surgiu como se o ex-governador estivesse à procura de um cobertor, porque se antes ele teria aceitado apenas ser coordenador de um órgão, imediatamente aceitou, dessa vez, assumir a secretaria, certamente com o intuito de gozar do foro privilegiado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Com um aparte, o nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Caro deputado Hildécio Meireles, inicialmente, gostaria de parabenizá-lo pelo conteúdo e veemência do seu discurso na defesa do seu partido. Gostaria, de fato, que esse meu aparte tivesse sido concedido pelo deputado Marcelo Nilo. Tentei até, mas ele recusou o meu aparte.

Eu gostaria muito de debater com o deputado Marcelo Nilo, deputado que foi presidente desta Casa por 10 anos, é um grande tribuno, até para aprender e beber da sua sabedoria.

Para a política eu trouxe o que aprendi na minha vida, ser coerente. Acredito que quando subimos a esta tribuna os nossos atos, na condição de parlamentares, de tribunos, devem ser coerentes com os nossos discursos.

Eu não posso, não quero e não vejo razão para que os deputados da Base Governista – principalmente o deputado Marcelo Nilo, que era presidente desta Casa –, que votaram e sempre abençoaram o regime de urgência...

Vejam o que acontece: hoje é necessário que os mesmos deputados que votaram o aumento da GTA - Guia de Trânsito Animal peçam que o governador diminua, como se isso fosse um ato puro e exclusivo do governador. Não é! Foi um projeto do governador enviado a esta Casa que encareceu a vida do produtor rural. E os deputados, hoje, para se justificarem com a sua base, porque só agora é que a população sentirá, sobem a esta tribuna para dizer que há, realmente, uma excessiva

cobrança da taxa de transporte de animais. Ora, também gostaria de ter esse debate com o deputado Marcelo Nilo.

Aprendi nos bancos da faculdade que o que comanda o País é a Constituição Federal. As regras democráticas devem constar na Constituição Federal. Quando ouço – e me doem os ouvidos, sinceramente – alguém dizer que o presidente Temer não foi votado, eu procuro entender qual é a lógica dessa colocação. Na verdade, o presidente Temer não foi votado por mim, que votei em Aécio Neves, mas foi votado por aqueles que legalmente...

Está previsto na Constituição Federal, nas leis do País que o voto dado ao presidente, ao prefeito e ao governador é o mesmo voto que acompanha o seu vice-prefeito, o seu vice-governador e o seu vice-presidente. O vice-governador João Leão foi também votado pelos mesmos. A função primordial dos vices é assumirem os cargos nas vacâncias dos seus titulares. Eles foram votados para isso.

Ora, digam que não concordam; digam que o governo é impopular; digam que as medidas que estão sendo tomadas não são legais, mas dizer que não foi votado...

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Podem dizer que não foi votado por mim! Mas aqueles que votaram no PT votaram, sim, no presidente Temer.

Outra regra que, aqui, querem mudar, que, aqui, querem dizer que não existe, por força da conveniência momentânea, é a da escolha daqueles que irão para o Supremo Tribunal Federal. A Constituição diz que é privativo do presidente da República. Ele escolhe, indica aquele que entender que reúne as condições elencadas por lei.

A presidente Dilma entendeu que Toffoli... Nem a Constituição, nem lei alguma do País diz que Toffoli não poderia ser indicado porque ele era militante do PT. Nem a Constituição, nem lei alguma do País diz que Toffoli não poderia ser indicado porque ele era advogado do PT. E a Constituição do País não diz em lugar algum que o atual indicado pelo presidente Temer não pode ser indicado porque ele é filiado ao PSDB.

Portanto, a regra está sendo cumprida. Cabe ao Senado Federal e à pluralidade das forças políticas do País acatar ou não, mas a indicação é privativa do presidente da República, como consta do nosso ordenamento jurídico.

Por isso, quis fazer esse aparte ao discurso de V.Ex^a, mas, na verdade, eu gostaria de fazer, repito, o debate com o deputado Marcelo Nilo, que me negou o debate, que me negou o aparte.

Quero parabenizar V.Ex^a por esse discurso, nesta tarde.

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Pois bem, deputado Luciano Ribeiro. Agradeço a V.Ex^a por sua contribuição.

Mesmo a nossa Constituição Federal, de forma tácita, determinando que é privativo do presidente da República fazer a indicação de ministro do Supremo;

mesmo a Constituição Federal rezando que o vice-presidente é votado com o presidente e que na vacância do presidente o vice-presidente assume, os defensores do Partido dos Trabalhadores insistem em chamar esse governo de golpista, mas esquecem que o governo é golpista quando querem dinheiro. Está aqui este projeto de lei, o Funpen/Bahia, que tem como maior fonte de recursos o Funpen nacional, que, aliás, ano passado, deixou de mandar mais de R\$40 milhões para o governo da Bahia por inapetência do governo que não constituiu seu fundo para receber recursos do governo golpista.

Quando querem recursos para implementar a obra do metrô, o governo não é golpista. Quando se fala em recuperar a BR, que liga Ilhéus a Itabuna, o governo não é golpista. Quando se fala na Fiol, o governo não é golpista. O governo só é golpista, deputado, para fazer discurso de proselitismos, porque ninguém nesse partido tem moral para falar do atual presidente! Minha avó já dizia...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone)

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Respeitem meu tempo! Presidente, peço que V.Ex^a garanta meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um orador na tribuna. Gostaria de preservar o orador.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Minha avó já dizia que o torto não fala do aleijado. Que história é essa? Será que o Brasil esqueceu que o governo do PT quebrou a oitava economia do mundo, acabou com uma das melhores petrolíferas do mundo? Que historinha é essa? Parem de teatro! Como é fácil! E parece que eles tem uma mágica nas mãos, que tentam transformar a verdade no imaginário.

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- E quando alguém aqui falou que o ex-governador Jaques Wagner foi citado, o deputado Marcelo Nilo, que ocupava esta tribuna, gaguejou, tentando justificar, na defesa do indefensável.

Portanto, meus amigos, não adianta. O que há de ruim neste governo, no governo do PT teve precedente, não adianta. O governo do PT institucionalizou o propinoduto neste País. Não tem para onde correr, não adianta. Essa que é a grande realidade do nosso País. E vou dizer mais uma coisa: se esse governo do presidente Temer conseguir pelo menos estabilizar novamente a economia, aí, sim, presidente Marcelo, certamente em 2018 nós teremos um presidente legítimo, como V.Ex^a aqui falou, mas que não seja aquele casal que acabou com nosso País, aquele casal que destruiu a maior petrolífera do mundo e institucionalizou a corrupção neste País.

Concedo o aparte ao deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Hildécio, agradeço a V.Ex^a a oportunidade deste aparte. Apenas para contribuir com o pronunciamento de V.Ex^a, o deputado Luciano Ribeiro há pouco falou que, ao votar na presidente Dilma, a população brasileira votou também no vice-presidente Michel Temer. Houve uma época no Brasil em que o voto era separado: era o voto para presidente e o voto para vice. Sinto muito a falta desse tempo, primeiro porque eu tenho certeza de que os brasileiros jamais votariam

em Michel Temer numa chapa separada que não fosse amparada por todo o legado de trabalho pelos mais pobres deste País feito nos 8 anos do governo Lula.

O que representou, à época, a candidatura da primeira mulher presidente da República foi justamente o legado do que foi feito para transformar a vida das pessoas mais simples deste País, sobretudo, deputado Hildécio, aqui no Nordeste brasileiro tão esquecido pelos governos do PSDB, pelos governos da elite que sempre dominou a política deste País. Mas tenho certeza, deputado Hildécio, de que, se a população brasileira, se os mais de 54 milhões de brasileiros soubessem que o senhor Michel Temer era, na verdade, um traidor da pátria, jamais teriam votado, nem assim, na presidente Dilma, porque não saberiam lidar com traidor no 2º cargo na hierarquia da República do Brasil.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Alex. Antes de concluir, eu quero dizer a V. Ex^a que eu sou um dos parlamentares desta Casa que respeitam a tribuna de todos os deputados aqui. Nunca interferei na fala de ninguém e não vou admitir, por uma questão de direito, lógico e evidente, que ninguém tente interferir na minha fala de forma pejorativa, tentando me interromper. Portanto, não admito, é antidemocrático esse ato de querer cortar a palavra do deputado que está na tribuna.

Meu caro deputado Alex, talvez se o voto fosse separado, Michael Temer não fosse de fato candidato a vice-presidente. Não fui eu, nem foi você que o escolheu como candidato a vice. Foi Lula, foi Dilma. Foi uma composição, uma articulação política. E por que escolheram? Você sabe? Nem eu. Aliás, uma articulação natural, legal, constitucional, e assim foi feito. Em respeito à Constituição, eu acho que deveríamos acabar aqui com essa fala de “governo golpista”. Que golpe? Não existe golpe. Golpe é querer arrancar recurso do governo que vocês chamam de golpista. Que história é essa?

Eu disse aqui uma vez que o político nem sempre faz o que fala e muitas vezes fala o fantasioso. Parece-me que tem alguns defensores do Partido dos Trabalhadores que parecem Mister M. Não sei se aqui alguém lembra do Mister M. Era uma figura que passava no Fantástico. Querem transformar a realidade em um passe de mágica, como se as pessoas não tivessem raciocínio, como se as pessoas não tivessem memória, como se de fato Lula e Dilma tivessem descoberto o Brasil. Descobriram o Brasil, sim, descortinaram o Brasil para inclusive exportar *know-how* de corrupção como alastrou a América Latina e países da África.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, o nobre orador Alan Sanches pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, é muito bom estar aqui nesta Tribuna e ver este plenário cheio, todos aqui alvoroçados para trabalhar. Queria iniciar aqui a discussão desse projeto e dizer que não precisava chegar aqui em regime de urgência, ou de acordo. É um projeto que o governo do

estado poderia ter encaminhado, inclusive ter recebido esse recurso há tempos. Mas não fez o dever de casa e mais uma vez a Bahia há tempos não recebe esse recurso.

Falaram aqui, Sr. Presidente, sobre a indicação do Alexandre de Moraes. Eu fico pensando, como cidadão, que é muito engraçado. Quando o ministro Toffoli foi indicado, todos sabiam que ele fora durante anos advogado do Partido dos Trabalhadores. Depois disso, tivemos também, há pouco tempo, o ministro Fachin, que fazia defesas e dissertações sobre o Partido dos Trabalhadores. Agora, foi indicado o Alexandre de Moraes, com ligações com o PSDB. O que vale para um lado, vale para o outro.

Eu concordo e esta Casa concorda que no momento político que nós vivemos, a melhor coisa, em qualquer momento, é que o ministro do Supremo deveria ser indicado pela Justiça. A partir do momento que a própria Constituição favorece e permite a indicação pelo presidente, como aqui a indicação do governador para conselheiro, é isso que vai acontecer. Ninguém, em sã consciência, vai indicar o inimigo. Se eu tenho a prerrogativa de indicar o meu amigo Ubaldino, eu não posso indicar um inimigo.

Aqui não é uma casa de bestas, que bestas não são nem os 63, é lá, que nem o suplente desta Casa é bobo. Aqui tem de tudo, só não tem bobo, besta, nem suplente é bobo, porque depois pode estar nesta Casa.

Então, não vamos nos enganar com relação a isso. O que está errado não é a indicação do Alexandre de Moraes. O que está errado é a própria Constituição que dá essa prerrogativa ao presidente da República. Tenho certeza que o Alex Lima, o deputado querido, amigo, concorda comigo.

Subi especificamente hoje nesta tribuna para defender uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Já colhemos 16 assinaturas das 21 necessárias. E o que acontece? O descalabro da saúde.

Tivemos aí diversas notícias das construções de policlínicas. Um milhão e meio, 2 milhões, 3 milhões, 10 milhões uma policlínica para ser construída? Eu não sei, não acompanhei isso. Mas quanto custaria a reforma de um centro cirúrgico? Muito menos.

Hoje, a população que já tem uma grande dificuldade de conseguir, de ter acesso – qualquer um dos deputados aqui já passou por isso – a uma cirurgia, agora vai ter mais ainda, porque um hospital de referência, também em ortopedia, o Hospital Geral, fechou as portas. Mas fechou as portas não foi porque a Sesab quis, não. Os médicos não aguentavam mais o descaso com aquele hospital.

Os médicos responsáveis pelos procedimentos cirúrgicos se reuniram e disseram: “Se não for tomada...”, depois de tomar todas as iniciativas e não ter resposta da Sesab, “(...) se não houver nenhuma resposta até o dia 12 de fevereiro...”, alguns dias atrás, “(...) nós não poderemos mais dar continuidade às cirurgias nesse hospital.”

Os relatos que tenho de índice de infecção – para que V.Ex^{as} entendam bem o que estou falando –, beira 95%. Noventa a 95%. V. Ex^{as} imaginem, de cada 10, 9 é

certeza de infecção. E se for um parente de quem quer que seja desta Casa? E se for qualquer cidadão do Estado da Bahia, como é? É uma roleta. É uma roleta, porque dos 10, você só tem uma chance, 10% de não contrair uma infecção. Quando você pega uma infecção em ortopedia, por exemplo, aleija para o resto da vida. Nós estamos falando aqui da destruição e da morbidade de seres humanos, mas a Sesab não fez o dever de casa.

Eu tenho 25 anos de formado, senhoras e senhores, sou cirurgião de profissão, ortopedista, presidente da Sociedade de Ortopedia, vice-presidente da Sociedade de Ortopedia aqui da Bahia, preceptor de residência, professor de outros médicos que escolhiam ortopedia, trabalhei em diversos centros cirúrgicos e alguns passaram por reformas, e o que nós fazíamos? Dividíamos o centro cirúrgico, às vezes no meio, uma parte era isolada e a outra era reformada, reconstruída, e a gente continuava a vida do outro lado. Quando terminava esse lado que era entregue, nós mudávamos. Era assim que era feito, porque hospital nenhum no mundo fecha um centro cirúrgico.

Vamos falar, inclusive, se fosse um hospital privado, ele não teria condição de fechar as suas portas, porque ele tem que planejar, ele tem que se organizar para poder dar continuidade ao funcionamento do seu hospital.

Não estamos falando de um posto de saúde. O posto de saúde pode ser em outro lugar. Nós estamos falando de um hospital geral! Um hospital geral, em que o coração é a emergência e o centro cirúrgico.

Há 10 meses, talvez algum deputado ou deputada tenha participado da inauguração da emergência desse hospital. Imaginem, olhem a loucura, olhem a insanidade que uma pessoa pode cometer: tem-se um hospital, reforma-se a emergência, e a menos de 50 metros, percorrendo os corredores do seu hospital, é o centro cirúrgico, e não o reforma. Mas quer fazer a pompa, a inauguração de uma emergência que, agora, entra nos noticiários – esse mesmo hospital – pela falta de gestão, por falta de planejamento da Sesab. E digo a V.Ex^{as} que quem fechou o hospital foram os médicos! Os médicos fecharam aquele centro cirúrgico!

Conversando e tomando as minhas informações, V.Ex^{as} podem confirmar isso, depois que a própria Secretaria do Município entrou em contato com a Sesab e com a direção do hospital, porque estava tendo dificuldade, inclusive, para regular os pacientes do Samu, do Samu! Pacientes do Samu o hospital não estava recebendo! Pegaram os cacarecos do centro cirúrgico e colocaram em uma parte da enfermaria de ortopedia, tirando os leitos de outros pacientes. Não conseguiam regular pacientes do Samu!

V.Ex^{as} têm que prestar atenção, porque a informação que rodou aqui hoje, – o próprio secretário passou para mim a informação –, é de que, até 13 de março, estaria reformando uma sala. Está escrito que, até 13 de março, estaria reformando uma sala. Gente, os relatos são de larvas de inseto no centro cirúrgico! Um lugar que não pode ter uma mosca! Não pode ter uma mosca! Larvas de insetos, folhas de árvores dentro de um centro cirúrgico! Como não pegar infecção? Como não pegar? V.Ex^{as}, graças a Deus, têm plano de saúde para os senhores e seus familiares. Mas as pessoas que por algum motivo... inclusive qualquer um de nós desta Casa, se tivermos um acidente e

estivermos ali próximo ao Pau Miúdo, seremos levados para esse hospital. Meu Deus do céu, não me leve para o centro cirúrgico do Ernesto Simões, porque é infecção na certa!

Como é que uma Secretaria de Saúde do Estado, não se compromete com a saúde da população? “Não, nós vamos inaugurar a emergência do nosso hospital.” Dez meses depois, bomba! “Nós vamos inaugurar a policlínica.” E deixa a bomba aqui no Ernesto. Isso não é gestão, gente. Isso não é saúde.

Fiz alguns questionamentos, desde 2015, e queria reavivar aqui a memória de V.Ex^{as}. A nossa CPI já está aqui com 16 assinaturas. Quem tiver interesse em ajudar o povo da Bahia a resolver esse problema, está convidado a assinar essa CPI. Fiz alguns questionamentos ao secretário da Saúde, porque eu não desisto, não me canso de perseguir a perfeição da saúde no Estado. Inclusive, uma vez trouxe aqui, e praticamente fiz uma explanação, dei uma aula aqui para V.Ex^{as} sobre próteses. Como estão as próteses que a Bahiafarma ia fazer? Quem vai apresentar as caixas? Porque, para que sejam colocadas as próteses, qualquer prótese que seja colocada precisa do implante instrumental específico para aquela. Cada hospital terá que ter uma caixa dessa. Ele não vai produzir, terá que comprar todas essas caixas de instrumental para colocar o implante. Não adianta fazer o implante, tem-se que ter a caixa de instrumental específico para cada tipo de prótese.

Eu fiz alguns questionamentos por ser ortopedista, por ser especializado nessa profissão, por ter sido presidente da Sociedade, aqui na Bahia –, que se o secretário, por sua assessoria, ao menos tomasse o cuidado de perguntar se esse tipo de prótese que estava querendo fabricar aqui no nosso Estado teria algum seguimento, algum *follow-up*, ou seja, a pessoa faz a prótese e vai dando seguimento durante anos para ver o que aconteceu com aquele material...

Pois bem, fiz esse questionamento buscando ter essa biossegurança para o nosso paciente, e já vai fazer 2 anos e ele não deu uma resposta. Depois disso fiz um requerimento procurando saber quando estaria prevista a abertura do HGE 2. Esta unidade abriu 1 ano depois do meu requerimento. Também não tive resposta.

Fiz agora, em 2016, um novo requerimento à Sesab perguntando qual a forma de contratação do HGE 2. Eu tinha interesse em saber de que forma contrataram os funcionários para essa unidade, haja vista que a quantidade seria a mesma do HGE 1. Também não tive resposta. O próprio secretário me disse... Eu queria algumas informações, se alguém souber. Eu tenho 7 anos aqui nesta Casa, estou no sétimo ano, mas parece que eu não sei solicitar informações, deputado Zé Neto.

Todas essas solicitações foram protocoladas. Solicitei-as como membro da comissão, como presidente e como deputado. E o secretário me informa que nem sempre os ofícios vão para a sua mão. Tive o cuidado de entregar a sua secretária, em mão – já que não queriam receber protocolado –, naquela mesa que fica antes dele. E qual foi a resposta que tive? “Nem sempre os ofícios chegam as nossas mãos”. Se a Secretaria da Saúde do Estado me responde que nem sempre recebe os ofícios, não sei o que fazer. Tenho de ver de que forma a gente entra em contato com o secretário. Porque a forma que conheço é essa.

Queria trazer mais uma informação para V.Ex^{as}. Depois do Carnaval a gente começa, se Deus quiser, com essa CPI, para a alegria do povo da Bahia. E também com outro questionamento ao secretário da Saúde sobre a forma como ele contratou os funcionários para o HGE.

A informação que conseguimos levantar – porque ele mais uma vez não respondeu – é que a forma de contratação foi emergencial, por 90 dias, através de 2 empresas. Não tenho absolutamente nada contra essas empresas, nem as conheço, estou falando da forma de contratação. Pois bem, essas 2 empresas são a Fundação José Silveira, que já tem vários contratos com o Estado, por 7 milhões – se a minha memória, aos 49 anos, não está me falhando – e o INTS, se também não me falha a memória, por mais 9 milhões. Ou seja, 16 milhões por 90 dias.

E aqui nesta Casa alguns deputados defenderam isso, dizendo que estava iniciando e por isso o HGE não estava a todo vapor. Poderia ter falhas, mas não faltou recurso. O recurso chegou e não falhou. O que aconteceu? Ele não fez o pagamento estipulado nesse contrato emergencial, que foi assinado em setembro. Não precisava, por isso esse questionamento que levarei à Justiça. Há muito tempo eu questionava de que forma ia ser a contratação para o HGE 2, e não tivemos resposta.

Qualquer gestor estaria preocupado com isso e encaminharia o seu processo licitatório. É o comum, é o normal! Mas não, preferiu deixar como emergência por 90 dias. E o que aconteceu? Outubro, novembro e dezembro para pagar, e não pagou! Pagou como DEA, em janeiro. Após isso, como foi pago? Em um processo indenizatório. Por quê? Porque não tem contrato.

E eu quero saber que gestão é essa que tinha o HGE 2, desde o tempo do governador que antecedeu o atual, ainda com o secretário que deu início às obras, Jorge Solla. Houve esse período todo para realizar o processo licitatório, mas deixou para fazer o processo emergencial em setembro, na boca da eleição, quando estava inaugurando o hospital, que funcionava meia-boca naquela época.

Isso não é gestão, não pode ser considerado gestão boa do governo nem da Secretaria da Saúde. Acredito sempre na transparência. Não estou aqui com o dedo acusador, não; busquei as informações, mas o secretário não respeita esta Casa quando não responde a um ofício da Comissão de Saúde, quando não responde a um ofício do deputado que só quer a informação. A Constituição me resguarda esse direito, como a qualquer outro cidadão, pela Lei da Transparência; ele é obrigado, mas a gente tem de entrar na Justiça para conseguir uma informação da Secretaria da Saúde.

A forma de contratação foi publicada no *Diário Oficial*: 90 dias de contratação emergencial, por 16 milhões, para o HGE. E depois como que vai ser coberto isso, de que forma? Ninguém aqui sabe. Mas ele tem de abrir, vai ter de informar. Custe o que custar, vamos querer as informações necessárias para fiscalizar. A minha função, a função do parlamentar é fiscalizar para que a coisa aconteça como deve ser.

E assim não se chegue a um ambiente como o atual, em que não há condição para o Centro Cirúrgico de um hospital no Pau Miúdo funcionar. Chegamos ao cúmulo de os médicos desse hospital tomarem a seguinte posição: “Pelo amor de

Deus, não temos mais condição de operar, nos ajude, secretário, por favor!”

E o que ele fez? Fechou porque não tinha mais jeito; teve de fechar completamente o Centro Cirúrgico e disse: “Não, estou dando a opção, vão operar os pacientes no Centro Cirúrgico do vizinho”. Mas o vizinho já tem os seus pacientes com patologias pulmonares. A partir daí, o que acontece? Eles não conseguirão atender, tendo em vista que a quantidade de pacientes não permite. A própria diretoria do hospital informa que só poderá atender 30% do que for demandado. Mas nem isso conseguirá atender, porque só será em uma sala do Centro Cirúrgico, em meio turno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou me alongar nessa discussão, fique tranquilo, deputado Zé Neto.

Quero apenas colocar, para que fique bem claro, que o governo do Estado não tem como prioridade as políticas públicas no seu âmbito prisional. Tivemos 8 anos do governo Wagner e mais 2 anos do governo Rui Costa, e não pudemos aprovar esse Fundo.

E a lei que institui esse Fundo – quem me mandou essa informação foi a vereadora Rogéria, da cidade do Salvador – é federal e foi criada em 1994. Portanto, essa lei já existe há 23 anos e o governo do Estado nunca teve a preocupação de criar esse Fundo para, assim, fazer um trabalho diferenciado dentro dos presídios do nosso Estado.

Quero dizer que o secretário Nestor Duarte tem feito um trabalho diferenciado, tem procurado fazer um trabalho diferenciado, humanizado dentro dos presídios.

No ano passado, a vereadora Rogéria me ligou, porque foi manchete do jornal *A Tarde* a notícia de que a Bahia ficou de fora de receber o Fundo de Participação. O governo federal, do PMDB, disponibilizou, deputado Alex da Piatã: 44 milhões, deputado Rosenberg. E o governador quando viu que a Bahia não iria ser contemplada, justamente porque não tinha esse fundo, a vereadora teve a preocupação de nos ligar dizendo “Pelo amor de Deus, deputado, faça uma indicação, porque nós vamos fazer também na Câmara Municipal pedindo ao governador que crie.”. Porque a Bahia e o Ceará são os únicos Estados da Federação que não têm esse fundo.

Então, deputados, o governador Rui Costa não está fazendo nada mais do que sua obrigação. Aliás, ele está parado, na sua inércia. Somente quando o governo federal se movimentou para que ele não perdesse o dinheiro desse Fundo, foi quando ele chamou os seus técnicos às pressas – só Deus sabe se foi durante o Natal, o Ano Novo, enfim –, e saiu esse projeto simplório. Simplório para o tamanho do problema que temos no nosso Estado.

E o projeto não trata nem onde esse recurso será aplicado. Não diz de que forma esse recurso será aplicado pelo governo do Estado. Portanto, senhores e

senhoras, nós estamos apenas a dizer ao povo da Bahia, deputado Leur, que o governador Rui Costa é inerte e inoperante com relação às políticas públicas prisionais do nosso Estado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Concedo um aparte, com o maior prazer, ao meu Líder, o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Eu agradeço a concessão do aparte e parablenizo V.Ex^a pelo pronunciamento. Antes de iniciar o meu aparte, eu gostaria de prestar uma homenagem ao 1º Secretário, deputado Sandro Régis, pela excelente atuação no dia de hoje neste Plenário. Tenho certeza de que é um representante da Oposição da Mesa à altura. Então, faço uma homenagem ao deputado Sandro Régis e a toda Mesa Diretora, ao presidente Angelo Coronel, pela postura. Os deputados estão participando ativamente dos debates, acompanhando o Plenário, como deve ser. A Mesa Diretora, Aderbal Caldas, o deputado Sandro Régis, que ficou hoje aí o dia inteiro, cumprindo a sua missão no Parlamento baiano. Parabéns a V.Ex^{as}.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Muito obrigado, deputado Leur Lomanto Júnior. V.Ex^a é sempre bem gentil.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Agora, fazendo o aparte. V.Ex^a é sempre muito feliz quando traz o assunto do fundo penitenciário. E eu gostaria de ouvir dos deputados da Base do Governo, que tanto criticam o governo do presidente Michel Temer, pelo menos um ato de reconhecimento. Aí, um momento bonito do Parlamento agora é reconhecer a atitude do governo do presidente Michel Temer, que sensível à crise que está nos presídios da Bahia e do Brasil, fez um gesto e de imediato liberou esses recursos. São mais de R\$ 1 bilhão, deputado Sidelvan, que estão sendo aplicados em todos os estados brasileiros.

Como V.Ex^a lembrou muito bem, a Bahia era um dos únicos estados – se não me engano, a Bahia e o Ceará – que não tinham conseguido ainda esses recursos, por não ter votado a instituição do Fundo Penitenciário. Lembrando – e V.Ex^a já o fez muito bem – que esses recursos estavam disponíveis desde o final de 2016. Ou seja, é o governo do presidente Michel Temer, que tanto o PT critica. Mas critica só aqui nos discursos, deputado Zé Neto, pois o governador Rui Costa vive com o pires na mão em Brasília tentando alocar os recursos do governo federal. Essa é a realidade. Aqui no discurso critica, mas lá fica bajulando e puxando o saco do presidente Michel Temer.

Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a. E quero dizer que a maioria das obras que se tem, hoje, no Estado da Bahia, certamente, vem do governo federal.

Portanto, senhoras e senhores, o governo do Estado não priorizou, nem o governo do PT no Estado, nem o PT nacional, a questão dos presídios, da comunidade carcerária, Sr. Presidente.

Então, quero que fique registrado isso nesta noite. O povo da Bahia que está

nos assistindo deve saber disso, que o governo só está se movimentando porque o governo federal liberou esse recurso.

Por isso, quero deixar este registro nesta noite, desta tribuna, para que o povo da Bahia saiba disso.

E quero agradecer, também, à nossa vereadora Rogéria, que tanto contribuiu para que esse Fundo chegasse hoje para ser aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

[

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. Os Srs. Deputados e Deputadas que aprovam esse importante projeto permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade o Projeto de Lei nº 22.152/2017, de autoria do Poder Executivo, que institui o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia.

PROJETO DE LEI Nº 22.152/2017

Institui o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia - FUNPEN/BA, no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP, o Fundo Penitenciário do Estado da Bahia - FUNPEN/BA, com a finalidade de alocar recursos e meios para custear a execução de programas, ações, atividades e projetos que visem à modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário do Estado.

Art. 2º - O FUNPEN/BA será administrado por um Comitê Gestor com a seguinte composição:

I - o Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, que o presidirá;

II - 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda – SEFAZ;

III - 01 (um) representante da Secretaria da Administração – SAEB.

Parágrafo único - o Comitê Gestor terá a função de planejar e gerir a aplicação dos recursos do Fundo, preservada a competência do Governador do Estado para aprovar o seu Plano Anual de Aplicação.

Art. 3º - Constituem receitas do FUNPEN/BA:

I - as provenientes do FUNPEN, na forma da legislação federal;

II - as dotações orçamentárias próprias do Estado;

III - as recebidas por força de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

IV - as decorrentes de rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação de seu patrimônio;

V - as decorrentes de multas aplicadas pelos Juízes das Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais do Estado;

VI - as oriundas de ajustes celebrados com terceiros para utilização de mão de obra do Sistema Penitenciário do Estado;

VII - as decorrentes de permissão onerosa de uso de espaços públicos nas unidades prisionais do Estado;

VIII - as decorrentes de rendimentos da alienação de bens de produção própria nas unidades prisionais do Estado;

IX - outras que lhe forem destinadas por Lei.

Art. 4º - O exercício financeiro do FUNPEN/BA coincidirá com o ano civil.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias em decorrência desta Lei.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará o FUNPEN/BA, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da entrada em vigor desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quero ressaltar que, com isso, esta Casa dá uma demonstração da parceria com o governo em prol de resolver o problema da segurança pública, que é um calo pelo Brasil afora.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero registrar a participação da Oposição neste momento. Estava ouvindo aqui, não respondi porque não precisa. Temos que ter esse jogo da política, é normal. Agora, não posso deixar de agradecer ao Líder Leur, que hoje teve muita tranquilidade e resolvemos uma situação que é emergente em todo o Estado.

São R\$ 44 milhões que chegarão para os cofres públicos quase que de imediato, diria, porque o governo federal espera a sanção do governador. Os encaminhamentos são rápidos e logo, logo esses recursos... Aliás, quero só frisar, são recursos marcados. Eles já vêm exatamente com as deliberações e as utilizações para compra de equipamentos, melhoria de estrutura, enfim, para resolver uma situação extremamente urgente por que passa o Brasil inteiro, todas as unidades da Federação.

Quero agradecer a V.Ex^a também, porque tem colaborado e muito para que as coisas aconteçam na Casa.

Quero convocar os representantes do governo no Colégio de Líderes para que amanhã, às 13 horas, possamos...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, a reunião do Conselho de Líderes será às 10 horas, para dar tempo de organizar os projetos para trazer ao Plenário.

O Sr. Zé Neto:- Ficou para as 13 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não vai haver tempo de organizar os projetos para votar à tarde.

O Sr. Zé Neto:- Não me avisaram que mudou para a manhã. Ficou para as 10 horas?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela manhã, às 10 horas.

O Sr. Zé Neto:- Tudo bem. Vou a Feira agora. Se eu chegar um pouco atrasado, peço a V.Ex^a que...

O Sr. Leur Lomanto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, nós, da Oposição, gostaríamos, também, de registrar este momento. A Oposição tem se portado nesta Casa sempre em defesa do Estado da Bahia. E sempre deixamos claro, tanto na liderança do deputado Sandro Régis como agora, no início da nossa liderança, que projeto que vier e seja benéfico, que venha a ajudar ao nosso Estado, ao povo do nosso Estado, a Oposição nunca se furtará de estar a favor. E assim foi nesse projeto do Fundo Penitenciário.

Lembrando que esses recursos, da ordem de R\$ 43 milhões, R\$ 44 milhões, são oriundos do governo federal e vêm para ajudar a resgatar o sistema prisional baiano e brasileiro, já que todos os estados da Federação estão sendo contemplados. E a Bahia ainda não havia sido contemplada justamente porque não existia o Fundo Penitenciário em nosso Estado. Então, sem sombra de dúvida, foi um esforço em conjunto, tanto do Líder do Governo, deputado Zé Neto, como nossa Bancada de Oposição que entendeu o momento de crise que vem vivenciando o sistema prisional baiano, e aprova esse projeto. E a gente agradece ao governo federal do Presidente Michel Temer por ter alocado esses recursos de mais de 40 milhões, que, sem sombra de dúvida, vai ajudar e muito a contribuir para ajudar a melhorar o sistema prisional baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Essa Mesa Diretora agradece a compreensão das Bancadas de Oposição e da Bancada de Situação por terem feito o acordo para votar esse projeto de suma importância para a segurança pública do nosso Estado.

Com isso eu quero deixar registrado, mais uma vez, a parceria e a responsabilidade desta Casa em aqui votar projetos que venham em benefício da

sociedade baiana.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.